



CONTRATO DE PATROCÍNIO DESPORTIVO

Entre:

ÁGORA - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., com sede social na Rua Bartolomeu Velho, n.º 648, 4150-124, Porto, pessoa coletiva n.º 507 718 640, representada neste ato pelos Administradores Executivos Ana Cláudia Almeida e César Navio, com poderes para o ato, de ora em diante designado por **Primeira Outorgante** ou **ÁGORA**,

e

Global Notícias – Media Group, S.A., com sede social na Rua Gonçalo Cristovão, n.º 195 a 219, 4000-270 Porto, pessoa coletiva n.º 502 535 369, neste ato representada por Marco Belo Galinha, na qualidade de Presidente e Presidente da Comissão Executiva e Guilherme Lourenço Pinheiro, na qualidade de Vogal Executivo, com poderes para o ato, de ora em diante designada por **Segunda Outorgante**.

Considerando que:

- A. A **ÁGORA** tem por fins a programação, organização e produção de atividades Lúdico - Desportivas de iniciativa ou cooperação municipal, que se enquadrem no âmbito do apoio à prática desportiva definido pela Câmara Municipal do Porto, bem como a gestão, manutenção, administração e exploração dos espaços e infraestruturas desportivas municipais.
- B. Constituem, também, atribuições e objetivos da **ÁGORA**, o estímulo e a divulgação da prática desportiva, em todas as suas modalidades, aliados ao contributo para o desenvolvimento desportivo da cidade do Porto e da sua área metropolitana, através da organização e/ou apoio a eventos e a ações desportivas de prestígio.
- C. A **Global Notícias – Media Group, S.A.** é um dos maiores grupos de Media em Portugal, marcando presença nos setores da Imprensa, Rádio e Internet, que normalmente organiza o grande prémio de ciclismo Jornal Notícias.

- R
- D. A **Global Notícias – Media Group, S.A.** irá organizar o 30.º Grande Prémio Jornal de Notícias, entre os dias 31 de agosto a 5 de setembro, nas cidades de Vila Real, Ovar, Valongo, Santo Tirso, Porto, Gaia, Gondomar e Viana do Castelo.
- E. A **ÁGORA** reconhece a importância do referido Evento na dinâmica desportiva e da promoção da atividade física e pretende apoiar a realização do mesmo, assumindo as obrigações constantes do presente contrato.
- F. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, todos os apoios e participações financeiras às diversas entidades que integram o sistema desportivo devem ser titulados por contrato.

É celebrado, livremente e de boa-fé, o presente Contrato de Patrocínio Desportivo, nos termos e de acordo com as cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

Constitui objeto do presente contrato a atribuição, por parte da **ÁGORA**, de patrocínio desportivo para a realização e promoção, pela **Global Notícias – Media Group, S.A.**, do “30.º Grande Prémio Jornal de Notícias”, de ora em diante designado por Evento, o qual terá uma etapa na cidade do Porto, no dia 1 de setembro, nos termos melhor descritos no **Anexo I** ao presente contrato – Candidatura.

Cláusula 2.ª

Condições Legais, de Saúde e Segurança Públicas

A realização do Evento pela **Segunda Outorgante** e a atribuição do patrocínio desportivo pela **ÁGORA** apenas se verificará se as atividades objeto do presente contrato não estiverem restringidas, pelas normas de saúde e segurança pública que, em cada momento, estejam vigentes, designadamente em função de estados de emergência, calamidade e contingência, ou por quaisquer orientações, determinações ou pareceres das entidades de saúde e segurança competentes.

Cláusula 3.ª

Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito presente contrato, constituem obrigações da entidade beneficiária:
 - a) Organizar o Evento do “30.º Grande Prémio Jornal de Notícias” nos termos melhor descritos no **Anexo I** ao presente contrato;
 - b) Afetar todo o patrocínio desportivo concedido exclusivamente à execução do Evento desportivo objeto deste contrato;
 - c) Informar de imediato a **ÁGORA** de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
 - d) Incluir nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do presente contrato;
 - e) Cumprir as suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social; a Segunda Outorgante deve consentir, através da forma prevista na lei, que a **ÁGORA** aceda, durante todo o período de execução do presente contrato, à informação sobre a respetiva situação perante a administração tributária e segurança social;
 - f) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela **ÁGORA** que respeitem à execução do Evento objeto do presente patrocínio desportivo.
2. Obriga-se ainda a **Segunda Outorgante**, relativamente ao Evento melhor identificado na Cláusula 1.ª do presente contrato:
 - a) Assumir o pagamento de quaisquer custos relacionados com a organização, realização e promoção do Evento, sem prejuízo daqueles que pelo presente Contrato forem assumidas pela **ÁGORA**;
 - b) Entregar à **ÁGORA**, até 90 dias após a realização do Evento, um relatório de execução com a avaliação do trabalho efetuado, a elaborar de acordo com o modelo a enviar pela **ÁGORA** à Segunda Outorgante;
 - c) Colaborar com a **ÁGORA** na organização de outras atividades de divulgação no âmbito da modalidade em causa;
 - d) Incluir em todo o material promocional do Evento o logótipo **Porto.**, bem como referir a parceria em causa nos respetivos planos de meios, mediante prévia aprovação, reduzida a escrito, da **ÁGORA**, designadamente:
 - Logomarca do Grande Prémio junto à cobertura editorial;

- Logomarca do Grande Prémio presente nas peças de promoção do Grande Prémio;
- Presença do **Município do Porto/ÁGORA** na conferência de apresentação;
- Declarações do representante do **Município do Porto/ÁGORA** no caderno especial de apresentação e no Livro Oficial da Prova;
- Página do **Município do Porto/ÁGORA** no Livro Oficial da Prova;
- Logomarca do Grande Prémio no microsite da iniciativa;
- Partida no **Município do Porto** em local a acordar;
- Oferta de 20 convites para a zona VIP de cada etapa, caso a mesma exista;
- 5 metros de faixas do **Município do Porto/ÁGORA**;
- 6 Plumas com o logo dos Mainsponsor;
- Presença da marca em toda a campanha de comunicação.

- e) Enviar antecipadamente à **ÁGORA** exemplares dos suportes de publicidade a produzir (nomeadamente os demonstrativos do *layout* do Evento), obrigando-se ainda a respeitar as recomendações da **ÁGORA** relativamente ao tipo de material publicitário e à localização do mesmo, designadamente nos recintos desportivos onde irão decorrer os Eventos, assim como a respeitar as normas do Código Regulamentar do Município do Porto em matéria de publicidade;
- f) Celebrar todos os contratos de seguro necessários à realização do Evento, sendo que à **Segunda Outorgante**, enquanto entidade organizadora do Evento mencionado na Cláusula 1.ª do presente contrato, serão imputadas todas as eventuais responsabilidades, civis e criminais, decorrentes da realização deste Evento, quer relativamente a terceiros, quer relativamente aos participantes na prova;
- g) Ser responsável pela segurança de pessoas e bens afetos à organização do Evento, bem como pelas condições de higiene e segurança dos equipamentos que colocar à disposição dos mesmos;
- h) Cumprir com as normas em vigor relacionadas com a Covid-19, nomeadamente as recomendações da Direcção-Geral da Saúde, adequadas ao evento em questão,

bem como, cumprir com todos os pareceres e diretrizes, das entidades responsáveis.

- i) A **Segunda Outorgante** é totalmente responsável pelas inscrições no Evento a acontecer no período e forma que aquela considerar conveniente.

Cláusula 4.ª

Obrigações da ÁGORA

No âmbito da execução do presente Contrato, constituem responsabilidades da **ÁGORA** apoiar a realização do Evento, com a comparticipação financeira prevista na cláusula seguinte, e colaboração na realização do evento com o seguinte apoio logístico, a prestar mediante disponibilidade:

- a) Colaborar na divulgação da informação sobre os eventos, nomeadamente, através do sítio na internet e redes sociais da ÁGORA e da Câmara Municipal do Porto.
- b) Promover a presença de representantes da ÁGORA e/ou da Câmara Municipal do Porto, caso seja possível, conforme disponibilidade das respetivas agendas, nas cerimónias protocolares previstas, anteriores, durante ou posteriores à realização dos eventos.
- c) Diligenciar pela obtenção das licenças municipais relativas à organização deste Evento.

Cláusula 5.ª

Comparticipação financeira e responsabilidades de financiamento

1. Pela execução do objeto do presente contrato de patrocínio desportivo a **Segunda Outorgante** é beneficiária de um patrocínio desportivo por parte da **ÁGORA** no valor máximo de € 15.000,00 (quinze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.
2. Entram para o cômputo do valor máximo referido no número anterior as despesas que a **ÁGORA** incorra com o apoio logístico e licenças.
3. O valor referido no número 1 será pago no prazo máximo de 30 dias após entrega das respetivas faturas, sendo que tal apenas poderá ocorrer após a entrega do relatório referido na alínea b) do n.º 2 da Cláusula 3.ª do presente contrato.
4. As demais responsabilidades com o financiamento do Evento serão identificadas no Anexo I ao presente Contrato.

Cláusula 6.ª

Prazo de Execução

O prazo de execução do presente contrato é desde a data da sua assinatura até à entrega do relatório referido na alínea b) do n.º 2 da Cláusula 3.ª.

Cláusula 7.ª

Entidades associadas

São entidades associadas à realização do Evento as identificadas no Anexo I, não reconhecendo a ÁGORA quaisquer outras.

Cláusula 8.ª

Exclusão de Responsabilidade

1. Quaisquer obrigações assumidas pela **Segunda Outorgante** decorrentes do exercício da sua atividade, designadamente, com a contratação de financiamentos bancários e/ou dívidas contraídas a terceiros, serão da sua exclusiva responsabilidade, não podendo ser imputável, seja a que título for, qualquer responsabilidade à **ÁGORA**.
2. A **Segunda Outorgante** compromete-se a dar conhecimento do estipulado no número anterior às entidades financiadoras e/ou a terceiros com quem decida contratar, assumindo toda e qualquer responsabilidade pela omissão ou incumprimento desta obrigação.

Cláusula 9.ª

Fiscalização e Controlo

1. O acompanhamento e controlo do presente contrato são feitos pela **ÁGORA**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.
2. A **Segunda Outorgante** responderá pela incorreta aplicação da verba atribuída no âmbito do presente contrato perante a **ÁGORA** e as entidades respetivas.
3. A **Segunda Outorgante** deve prestar à **ÁGORA** todas as informações solicitadas acerca da execução do presente contrato.

Cláusula 10.ª

Proteção de dados pessoais

Os outorgantes obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril**.

5 P

Cláusula 11.ª

Incumprimento

1. O incumprimento culposo do presente contrato por parte da **Segunda Outorgante** confere à **ÁGORA** o direito de reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização do Evento objeto do presente contrato.
2. Nos casos não abrangidos no número anterior, o incumprimento confere à **ÁGORA** o direito de reduzir proporcionalmente a comparticipação financeira.
3. Em caso de incumprimento culposo, a **Segunda Outorgante** não poderá beneficiar de novas comparticipações enquanto não repuser as quantias que sejam devidas, sem prejuízo das disposições do Regulamento da **ÁGORA** nesta matéria.
4. O incumprimento, injustificado, do prazo definido para apresentação do relatório final do Evento, determina a não concessão e/ou cancelamento de qualquer tipo de apoio financeiro, material ou logístico por parte da **ÁGORA** ou Município do Porto.
5. A **ÁGORA** reserva-se ao direito de, perante a não apresentação do Relatório Final a que, exigir, extra ou judicialmente, a devolução, parcial ou integral, do valor atribuído, para além da **Segunda Outorgante** responder pela responsabilidade civil e criminal que dessa violação possa decorrer.

Cláusula 12.ª

Cessação do contrato

O presente contrato deixa de produzir efeitos:

- a) Quando esteja concluído o Evento desportivo que constitui o seu objeto;
- b) Quando, por causa não imputável à **Segunda Outorgante**, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização do mesmo;
- c) Quando a **ÁGORA** exerça o direito de resolver o contrato;

- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2 do artigo 25º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 13.ª

Resolução do Contrato

1. O Incumprimento não fundamentado das obrigações previstas na Cláusula 3.ª confere à **ÁGORA** o direito de resolver o presente contrato.
2. Igual direito assistirá à **ÁGORA** caso se comprove terem sido prestadas, pela **Segunda Outorgante**, falsas declarações ou informações com repercussão direta no cálculo do valor da comparticipação.

Cláusula 14.ª

Aditamento ou Alteração ao Contrato

1. Qualquer intenção de modificação ao Contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na mesma à outra parte.
2. Qualquer modificação ao Contrato terá que ser efetuada por escrito e assinada por sujeitos legais ou estatutariamente habilitados para representar a **Primeira Outorgante** e a **Segunda Outorgante**.

Cláusula 15.ª

Modificação e Extinção do contrato – Condições Especiais

1. Para além das condições gerais de suspensão, modificação e extinção do contrato, as partes declaram-se cientes das circunstâncias e condições em que estão a contratar, assumindo partilhar os riscos de alterações supervenientes, estabelecendo para o efeito as seguintes condições especiais.
2. Como circunstâncias supervenientes que podem afetar a execução do contrato, para além das de saúde pública, reconhecem-se, nomeadamente, as que decorram do cumprimento de poderes públicos em matérias de ordem e segurança pública, controlo orçamental e financeiro.
3. Caso não seja possível realizar as atividades objeto do contrato nas datas, horas e/ou locais designados ou a designar, as partes deverão acordar no seu reagendamento, em condições idênticas às inicialmente previstas.

4. Não sendo possível o acordo ou não sendo possível o reagendamento, as atividades serão canceladas, devendo as partes apresentar entre si propostas de revogação do contrato.
5. No caso previsto no número anterior, a Ágora não poderá ser responsabilizada por quaisquer custos incorridos pelo cocontratante no âmbito das atividades objeto do presente contrato, sem prejuízo das partes acordarem na reafetação do apoio a outra atividade similar.

Cláusula 16.ª

Disposições finais

1. A presente minuta do contrato foi aprovada pelo Conselho de Administração da ÁGORA em 31 de agosto de 2021.
2. A despesa aprovada é assegurada pelo cabimento n.º 1525 e compromisso n.º 2443/2021.
3. Em tudo o que se julgar omissa no presente contrato, regerá o disposto no Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro e pelo Regulamento de atribuição de patrocínio desportivos da ÁGORA.

O presente contrato é feito em duplicado e assinado por ambos os outorgantes, entrando em vigor na data da sua assinatura.

Porto, 31 de agosto de 2021

A Primeira Outorgante,



(Ana Cláudia Almeida, Administradora Executivo)



(César Navio, Administrador Executivo)

6



Assinado por : **Marco Belo Galinha**

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2021.09.03 14:50:52+01'00'

A Segunda Outorgante,



(Marco Belo Galinha, Presidente e Presidente da Comissão Executiva)

Assinado por : **GUILHERME JOSÉ ARAÚJO DA**

COSTA CARRACHO LOURENÇO PINHEIRO

Num. de Identificação: [REDACTED]

Data: 2021.09.03 16:02:27+01'00'

(Guilherme Lourenço Pinh





Modelo de Candidatura

Referência Interna:	R_1362/2021	Data de receção:	
Direção/Serviço:	Desporto	Recebido por:	

(a preencher pelos serviços da Ágora)

a. Designação do projeto:

30º GRANDE PRÉMIO CICLISMO JORNAL DE NOTÍCIAS

b. Identificação do proponente:

1. Denominação: Global Media Group, SA
2. NIF/NIPC: 502535369
3. Morada: Rua Gonçalo Cristóvão, nº 195 / 219, 4049 – 011 Porto
4. Identificação dos representantes legais:
Marco Belo Galinha e Guilherme José Araújo da Costa Carracho Lourenço Pinheiro, na qualidade de Administradores Executivos

c. Descrição e caracterização específica das atividades a realizar:

O 30º Grande Prémio JN realiza-se de 30 de agosto a 5 de setembro e passa por 8 municípios: Vila Real, Ovar, Valongo, Santo Tirso, Porto, Gaia, Gondomar e Viana do Castelo. São 6 dias, quase 1000 Km a percorrer as estradas de Portugal, a levar a marca JN por esse norte fora.

Teremos como equipas nacionais 9 equipas profissionais e 9 equipas sub -23 e mais 4 equipas estrangeiras: Caja Rural Espanha; BurgosBH, ESpanha; Euskadi; Espanha e GSport - Grupo Tormo Innova – Espanha num total de mais de 200 ciclistas.

Cobertura editorial: com rubricas diárias da prova no Jornal de Notícias e jornal O JOGO edição impressa e JN Direto

Livro Oficial da Prova: Será desenvolvido um “Livro Oficial da Prova” com assinatura editorial do Jornal de Notícias, com conteúdos das etapas e respetivo perfil, apresentação das equipas e informações úteis, este livro contará com testemunhos dos responsáveis dos municípios e parceiros.

Digital: No site da iniciativa serão alojados todos os conteúdos gerados na prova e ativações de marca dos patrocinadores

Campanha de Promoção: Desenvolvida pelo GMG em conjunto com o patrocinador e destinada exclusivamente à promoção do 30º GRANDE PRÉMIO DE CICLISMO DO JORNAL DE NOTÍCIAS.

Campanha presente nas marcas e plataformas do GMG, com especial destaque no Jornal de Notícias

Promoção do Grande Prémio e respetivas etapas será feita nas várias marcas da Global Media Group.

Logomarca do Grande Prémio junto à cobertura editorial

Logomarca do Grande Prémio presente nas peças de promoção do Grande Prémio

Declarações do representante do Município no livro oficial da prova

Página de publicidade do Município no Livro Oficial da Prova

Logomarca do Grande Prémio no microsite da iniciativa

Partida do Município em local a acordar

30º Grande Prémio de Ciclismo considera:

5 metros de faixas do Município

6 plumas com logo dos patrocinadores

Presença da marca em toda a campanha de comunicação

d. Justificação do programa/evento, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar:

Pelo 30º ano o Grande Prémio de Ciclismo Jornal de Notícias, volta novamente à estrada, levando até junto da população momentos de euforia e de grande entusiasmo. O Grande Prémio de Ciclismo JN é a segunda maior prova mais importante do calendário nacional da modalidade. Sempre com o objetivo de promoção e divulgação do ciclismo em Portugal.

e. Identificação/quantificação dos resultados esperados com a execução do programa/evento:

Nesta prova teremos como equipas nacionais 9 equipas profissionais e 9 equipas sub -23 e mais 4 equipas estrangeiras: Caja Rural Espanha; BurgosBH, Espanha; Euskadi; Espanha e GSport - Grupo Tormo Innova – Espanha num total de mais de 200 ciclistas.

f. Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respetivos cronogramas:

Esta prova tem um orçamento de mais de 300 mil euros.

Este valor contempla as despesas com a implantação da prova, diária das equipas, comissários, motares, troféus e prémios monetários, policiamento, licenças, produção de materiais de promoção divulgação, alojamentos, viaturas, ambulâncias, médico, etc...

Valor: 15.000,00 € + Iva

g. Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humano oferecido pela entidade proponente para a execução do programa/evento, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições:

Esta prova é financiada com os patrocínios angariados junto dos municípios e empresas e a Global Media Group tem o know how suficiente para executar o projeto.

h. Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa/evento, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades:

Não aplicável

i. Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver:

Não aplicável

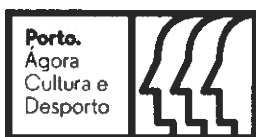
j. Calendário e prazo global de execução:

As etapas 30ª Grande Prémio de Ciclismo JN

6 dias de Prova / 6 etapas

31 de agosto a 5 de setembro de 2021

Gondomar, Porto, Ovar, Gaia, Vila Real, Valongo, Santo Tirso e Viana do Castelo.



Modelo de Candidatura

31 de agosto a 5 de setembro de 2021

Gondomar, Porto, Ovar, Gaia, Vila Real, Valongo, Santo Tirso e Viana do Castelo.

A etapa com partida do Porto (Parque da Cidade Oriental) está prevista para o dia 1 Setembro

- k. Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção (no caso de infraestruturas):

Não aplicável

- l. Outros aspetos considerados relevantes para apreciação do pedido (nos termos do disposto no artigo 13.º do Regulamento):

Não aplicável

Elementos a instruir o pedido:

- a) Ata da tomada de posse dos órgãos sociais [se aplicável];
- b) Fotocópia dos estatutos [se aplicável];
- c) Certidão de não dívida às finanças e segurança social;
- d) Certidão permanente [se aplicável];
- e) Outros considerados pertinentes para efeito das alíneas anteriores.

Data: 26 de Agosto de 2021

Assinatura do proponente ou representante legal:

Manual de apoio à Organização de Eventos Velocipédicos em Contexto COVID-19

Task-Force UVP-FPC COVID-19

**ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS DE ADAPTAÇÃO PARA A
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DE COMPETIÇÃO EM CONTEXTO COVID-19**

Versão de 23.08.2021

Esta página foi deixada em branco de forma propositada

INTRODUÇÃO

Os agentes desportivos, assim como, os decisores políticos nacionais e internacionais com responsabilidade sobre o desporto reconhecem a natureza extraordinária da pandemia pelo novo coronavírus e as dificuldades que dela decorrem para a organização de eventos desportivos. É imperativo que cada modalidade, em conjunto com a Direção-Geral da Saúde (DGS), defina e aplique o melhor sistema normativo e de orientação específica para a organização de eventos desportivos adaptados à realidade COVID-19. Com isto preserva-se a essência da modalidade dentro das melhores regras sanitárias.

O ciclismo é uma atividade desportiva que decorre maioritariamente ao ar livre, em contexto individual e sem contacto. Por esse facto foi considerada modalidade de baixo risco pela Direção-Geral de Saúde.

A Organização do ciclismo nacional encontra-se dividida em dois espectros – Ciclismo federado de competição e ciclismo amador (Ciclismo Para Todos - CPT). Ambas as tipologias de eventos são enquadradas nos regulamentos federativos nacionais, sendo mandatário que as entidades organizadoras dos mesmos apresentem previamente o evento à federação para avaliação e escrutínio do seu cumprimento.

No contexto atual o ciclismo amador (CPT) encontra-se enquadrado na Orientação 030/2020 da DGS. Segundo a RCM nº 114-A/2021 de 20 de agosto, capítulo IV, artigo 23º os eventos de CPT podem-se realizar desde que obedeçam às orientações específicas definidas pela DGS.

O ciclismo de competição está enquadrado na Orientação 036/2020 da DGS,. Apesar da validação legal para a realização de eventos de cariz desportivo competitivo (informação referente à RCM nº114-A/2021 de 20 de agosto, capítulo IV, artigo 23º), estes eventos encontram-se numa posição de fragilidade devido ao facto de decorrerem em locais e instalações de acesso livre e de haver uma regionalização muito forte das competições federadas, criando uma elevada dependência dos órgãos decisores locais.

Em consideração a estas extraordinárias circunstâncias, a União Velocipédica Portuguesa – Federação Portuguesa de Ciclismo (UVP-FPC) constituiu um grupo de trabalho – “*Task-force UVP-FPC COVID-19*” envolvendo a área médico-desportiva, a área desportiva e a área regulamentar no sentido de definir um conjunto de medidas que conjugassem a mitigação da transmissibilidade pelo novo coronavírus e o não

desvirtuar da essência da modalidade, tanto nas suas competições calendarizadas como nos trabalhos a desenvolver em contexto de Seleção Nacional.

Os elementos pertencentes a este grupo de trabalho, liderado pelo Presidente e o representante do Departamento Médico UVP-FPC basearam-se no conhecimento mais atual sobre o estado da arte no desporto e nomeadamente na modalidade, assim como nas orientações emitidas pela DGS, Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), Comité Olímpico Português (COP), e pelo Departamento Médico do órgão que tutela o Ciclismo mundial – União Ciclista Internacional (UCI), assim como em *stakeholders* na área da Saúde Pública, Medicina Desportiva, Infeciologia e Virologia, do qual a UVP-FPC desde já agradece o seu suporte. Os colaboradores listados serviram para fornecer conselhos e opiniões enquanto a UVP-FPC navegava em rumo desconhecido nesta difícil questão. Em última análise, este grupo de trabalho teve que tomar decisões finais sobre os tópicos contidos neste documento, e isso não deve ser observado como “declaração de consenso” unilateral, mas sim como tendo sido a melhor forma de autorregular o desempenho da modalidade de forma a viabilizá-la dentro dos parâmetros de segurança desportiva e sanitária esperada nesta fase de pandemia.

Mediante acordo de medidas emanadas por este grupo de trabalho – *Task-force UVP-FPC COVID-19*, estas serão apresentadas à DGS para aprovação e, caso parecer favorável, serão postas em prática na criação de planos de autorregulação para os eventos desportivos calendarizados para a época 2021. Estas regras incluem requisitos, instruções (medidas obrigatórias) e apresentam recomendações de boas práticas (medidas recomendadas e desejadas).

As regras aplicam-se a todas as competições velocipédicas federadas envolvendo as várias vertentes (estrada, pista, BTT, BMX, CRO, paracicismo, CPT).

Tratando-se de uma circunstância dinâmica, as medidas definidas neste documento podem ser alteradas/adaptadas aos desenvolvimentos tecnológicos de diagnóstico assim como à própria evolução pandémica associada ao novo coronavírus. Deste modo, considera-se este um documento “em evolução” sendo ajustado quando necessário.

No momento atual, após a Resolução de Conselho de Ministros de 20/08/2021, tendo em conta o Relatório de Moitorização das Linhas Vermelhas - DGS nº 21 de 20/08/2021 bem como a experiência adquirida da aplicação prática de medidas de auto-regulação para a modalidade, procede-se a retificações ao atual plano em vigor sobre a prática de ciclismo federado a nível nacional.

I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE AUTORREGULAÇÃO

Este instrumento de autorregulação define que para qualquer evento desportivo no âmbito do ciclismo o organizador deverá ter em mente dois aspetos fundamentais: 1) risco de transmissibilidade do novo coronavírus num evento desportivo e 2) estado atual da pandemia.

O cálculo de Risco Global do Evento (RGE) envolve a ponderação do risco de transmissão do novo coronavírus no evento, associado à classificação do estado da pandemia a nível da região onde se pretende executar o evento. Este último é baseado na definição de risco pandémico definido pela OMS e aplicada à área geográfica delimitada por concelhos no território português. Após esta caracterização os eventos serão classificados por três níveis de gravidade, onde cada nível corresponde a medidas de mitigação específicas a ter em conta de forma a reduzir o risco de transmissibilidade para valores aceitáveis de segurança.

Neste documento são ainda descritas medidas de mitigação gerais, a serem aplicadas a qualquer evento desportivo independentemente do grau de risco que tenha sido classificado, assim como a vertente da modalidade a praticar. Definem-se estas como medidas gerais de mitigação, transversais às boas práticas médico-desportivas e sanitárias.

Recorda-se que o processo de adaptação das condições de organização de eventos desportivos faz parte de uma estratégia geral de redução de risco, reconhecendo-se, no entanto, que os riscos de infeção não podem ser totalmente excluídos nem subestimados.

II - RISCO ORGANIZATIVO DE EVENTOS DESPORTIVOS

O primeiro passo para a organização de um evento (que provavelmente reunirá um número considerável de pessoas) é o seu organizador realizar uma avaliação preliminar de risco de acordo com as estratégias nacionais e federativas de controlo para a COVID-19. O objetivo desta avaliação de risco é determinar o risco geral de propagação da doença durante o evento e os meios apropriados para mitigar tal risco. Essa análise é baseada em ferramentas específicas propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e UCI, que foram revistas e adaptadas pela *Task-force UVP-FPC COVID-19*. A avaliação de risco deve ser repetida regularmente, assim que novas medidas preventivas sejam implementadas ou mediante alterações na evolução pandémica. A avaliação de risco e a definição de medidas de mitigação de risco apropriadas devem, na medida do possível, ser realizadas com o envolvimento de Autoridades Locais de Saúde pública (ALS) e o departamento médico da UVP-FPC. A maneira de conduzir a avaliação de risco pode evoluir ao longo do período de aplicação deste documento, considerando a situação e o conhecimento sobre a evolução da doença.

Ila - Avaliação do risco relacionado com a COVID-19

A avaliação de risco permite que os organizadores do evento analisem as principais premissas relacionadas com a pandemia por COVID-19 para a organização de um Evento. Pretende-se que seja um instrumento de auxílio aos organizadores, referindo de que forma podem efetuar a sua atividade e também os decisores da área da saúde a decidirem com melhor segurança a viabilização ou não dos eventos. Isso ajudará os organizadores a compreender e gerir quaisquer riscos adicionais causados pela pandemia COVID-19. Esta avaliação de risco deve ser regularmente revista e atualizada imediatamente antes de entrar na fase operacional da organização do evento, em particular, no caso da existência de um contexto epidemiológico desfavorável e de rápida evolução local e internacional. Os organizadores devem consultar as diretrizes e relatórios de situação atualizados diariamente pelas autoridades nacionais de saúde pública e / ou pela OMS. As questões incluídas na avaliação de risco do COVID-19 levam em consideração a fase pandêmica nas várias regiões e no país, fatores de risco ligados a viagens, mobilidade da população no território e a possibilidade de disseminação do vírus ligada a características da própria competição (número de atletas, natureza da vertente da competição...etc). (ver Tabela 1 e 2)(Anexo I)

Avaliação de Risco			
Colocar algarismo 1 em caso de resposta afirmativa e algarismo 0 em caso de resposta negativa			
Fatores de risco para transmissão de COVID-19 específicos para atividades desportivas	Fator ponderação de multiplicação(X²)	Sim (1)/Não (0)	Pontuação
O evento decorre num período superior a 3 dias?	3	1	
O evento implica a utilização/passagem em mais do que um distrito?	1	1	
O evento envolve risco de esgotamento de serviços de saúde da região a participar: recursos hospitalares/cuidados de saúde primários?; Operacionalidade dos quarteis de bombeiros às comunidades?	3	1	
Número de participantes inscritos (atletas/staff equipas/staff organização) superior à dotação estipulada para cada vertente da modalidade: Estrada: 375uni.; BTT (DHI: 375uni.; END: 375uni.; XCO: 565uni.; XCM: 565uni.); CRO: 375uni.; BMX: 250uni.; Pista: 190uni.; Escolas de Ciclismo 250 uni. CPT: 750 uni.	3	1	
Evento em que previsivelmente não está preconizado o distanciamento > 3 metros entre atletas competidores num período temporal espetável > 15 min. (atividades onde previsivelmente haja pelotão ou pequenos grupos de atletas);	1	1	
Presença de atletas com idade > 65 anos ou com co-morbilidades definidas em Norma nº 003/2020 da DGS, sem certificado digital	1	1	

COVID-19, ou sem certificado de esquema vacinal completo com os dispositivos aprovados pelo IINFARMED (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde) ou a EMA (Agência Europeia do Medicamento);			
A competição terá atletas estrangeiros participantes oriundos de países em que exista transmissão ativa na comunidade?	1	1	
A atividade é em recinto indoor?	1	1	
Score Total de Risco COVID-19			

Tabela 1. Matriz de avaliação do risco para a COVID-19
(O score dado a cada ponto é baseado na ponderação de relevância de cada fator)

CHAVE PARA DETERMINAÇÃO DO RISCO PELA ESCALA DE COR	
Muito Baixo (0-1)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado MUITO BAIXO .
Baixo (2)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado BAIXO . Recomenda-se a <u>melhoria das medidas de mitigação</u> .
Moderado (3-4)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado MODERADO . Recomenda-se a <u>melhoria acentuada das medidas de mitigação</u> .
Elevado (5-6)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado ELEVADO . Recomenda-se a <u>melhoria acentuada das medidas de mitigação e limitação das atividades de risco mais elevado</u> .
Muito Elevado (>6)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado MUITO ELEVADO . <u>PROIBIDA a prática desportiva com estas características (EXCEPTO COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE SAÚDE NACIONAL – DGS).</u>

Tabela 2. Definição colorimétrica de risco baseado no score de risco para a COVID-19

IIb. Medidas de mitigação para o risco associado à COVID-19 em eventos desportivos

Medidas de mitigação de risco específicas podem ser postas em prática para reduzir o risco de transmissão do SARS-CoV-2 (ou seja, novo coronavírus) ligado ao evento desportivo. Novamente, deve-se lembrar que embora as medidas de mitigação possam reduzir o risco de infecção pelo novo coronavírus, elas não podem eliminar completamente a ameaça. A lista de medidas de mitigação (*ver Anexo I*) cobre uma ampla variedade de tópicos, incluindo a avaliação geral da situação COVID-19, planos de preparação e resposta a emergências, coordenação de partes interessadas e parceiros, controlo de riscos relacionados com a comunicação, consciência de saúde pública anti-COVID-19, campanhas, etc.

III – AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DA GRAVIDADE DA PANDEMIA NO DESPORTO

As diferentes fases de uma pandemia causada por um vírus são claramente definidas num documento publicado pela OMS, que descreve as várias fases da pandemia provocada pelo vírus influenza - "Preparação e resposta à pandemia de influenza" <https://www.who.int/csr/disease/swineflu/phase/en/>. Embora existam apenas algumas analogias clínicas e epidemiológicas entre a influenza e a pandemia por COVID-19, o modelo de transmissão da influenza é comumente usado como modelo de caracterização das várias fases de uma epidemia. As diferentes fases de uma epidemia (que se torna uma pandemia) podem ser ilustradas de acordo com o diagrama a seguir:

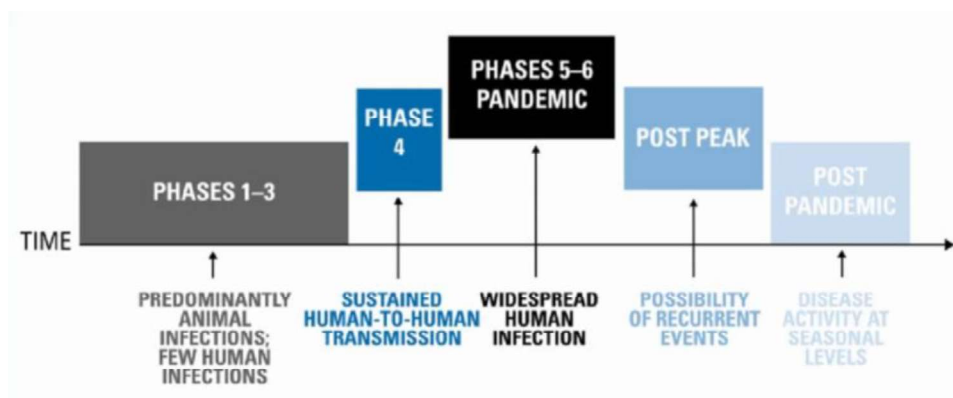


Figura1. Ilustração das várias fases de uma pandemia. Modelo retirado who.org

IIIa. Critérios

Diferentes critérios (qualitativos e quantitativos) são aplicados na caracterização das várias fases da pandemia. A classificação da pandemia em Portugal é efetuada pela Autoridade de Saúde Nacional (Direção-Geral da Saúde – DGS), estando esta constantemente a ser revista de forma a melhor caracterizar o estado pandémico a nível nacional e regional.

Os organizadores dos eventos desportivos velocipédicos devem estar atualizados sobre as informações mais atuais emanadas pelas autoridades de saúde locais ou nacionais para a melhor caracterização do estado da pandemia na(s) região(ões) onde a prova decorra de acordo com as fases descritas pela OMS. De forma a enquadrar a fase pandémica no país com as fases descritas pela OMS, devem ser usados os seguintes critérios:

- O número de novos casos confirmados de COVID-19. O número de novos casos notificados a cada dia está disponível para todos os países do mundo no site da OMS (<https://covid19.who.int>) e em Portugal no site da DGS - <https://covid19.min-saude.pt> .

- O número de casos confirmados ativos de COVID-19 por 100 000 habitantes. O número de casos notificados como ativos em cada concelho por 100 000 habitantes: as ALS têm acesso a estes dados, possibilitando de forma segura a melhor caracterização do risco de transmissibilidade associada à comunidade onde se pretende realizar o evento. As Autoridades de Saúde portuguesas criaram um “mapa de risco” onde se discriminam os concelhos mais afetados em nº de novos casos por 100 000 habitantes. No passado dia 13/03/2021 a Presidência de Concelho de Ministros determinou que o desconfinamento será faseado, baseado numa “matriz de risco” onde tem por base o nº de novos casos por 100 000 habitantes e pelo índice de transmissibilidade (R_t) *DR n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13*.
- O número reprodutivo básico (R_0) é um excelente parâmetro para caracterizar a transmissão de pessoa para pessoa. R_0 representa o número médio de pessoas que um único indivíduo infetado pode contaminar ao seu redor; é um fator determinante na avaliação do risco epidémico. Os organizadores devem contactar as Autoridades Locais de Saúde responsáveis pelo local onde pretendem efetuar o evento, assim como dos locais onde irão ser oriundos os seus participantes de forma a melhor caracterizar o risco de transmissão em prova.

IIIb. Caracterização das diferentes fases da pandemia

Embora a decisão de autorizar um evento desportivo permaneça sob as Autoridades de Saúde (Nacional, Regional ou Locais) competentes, é razoável considerar que as competições de ciclismo podem ser realizadas nos Concelhos/Regiões do território nacional que se encontrem nas seguintes fases da pandemia:

A – Risco elevado (Acima da zona vermelha DR n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13 / Fase 4 da OMS)

Esta fase é caracterizada pela confirmação da transmissão ativa na comunidade pelo novo coronavírus, que pode causar "surto de epidemias". Pode ser caracterizado por:

- Aumento constante na taxa diária de casos clínicos confirmados;
- Casos clínicos presentes na forma de múltiplos clusters que tendem a evoluir para transmissão comunitária;
- A incidência cumulativa a 14 dias por 100 000 habitantes superior a 480/100 000 + Valores de R_0 maiores que 1,5.

B – Risco moderado (Zona vermelha DR n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13 / período pós pico, fase 3 OMS)

Esta situação de risco moderado corresponde a:

- Doença em circulação com capacidade de causar infeções de forma esporádica ou em clusters. Pode ser caracterizado por:

- Aumento esporádico na taxa diária de casos clínicos confirmados;
- No período pós-pico de uma pandemia, em que a atividade pandémica parece estar a diminuir, mas com a possibilidade de existência de novas vagas. A queda no nível de atividade da pandemia não deve significar o fim de todas as medidas preventivas básicas, pois vários meses podem separar entre o pico da atividade pandémica e a chegada de novas vagas. Este período pode ser caracterizado por:
 - Queda regular ou sustentação da taxa de casos COVID-19 confirmados;
 - A incidência cumulativa a 14 dias por 100 000 habitantes entre 240 e 480/100 000 + Valores de R_0 entre 1 e 1.5

C – Risco baixo (Zona laranja DR n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13 / período pós pico, fase 3 OMS)

Esta situação de baixo risco corresponde a:

- Doença em circulação com capacidade de causar infeções de forma esporádica ou em clusters. A transmissão de pessoa para pessoa não parece ser suficiente para causar surtos. A transmissão comunitária pode ocorrer em certas circunstâncias de risco aumentado, mas esses modos de transmissão permanecem limitados a certas circunstâncias (lares, escolas, fábricas...etc.). Esta situação pode ser caracterizada por:

- Aumento esporádico e moderado da taxa diária de casos confirmados.
- No período pós-pico de uma pandemia, em que a atividade pandémica parece estar a diminuir, mas com a possibilidade de existência de novas vagas. A queda no nível de atividade da pandemia não deve significar o fim de todas as medidas preventivas básicas, pois vários meses podem separar entre o pico da atividade pandémica e a chegada de novas vagas. Este período pode ser caracterizado por:
 - Queda regular ou sustentação da taxa de casos COVID-19 confirmados;
 - A incidência cumulativa a 14 dias por 100 000 habitantes < 120 /100 000 + Valores de $R_0 > 1,0$;
 - A incidência cumulativa a 14 dias por 100 000 habitantes entre 120 a 240/100 000 + Valores de $R_0 < 1,0$.

D – Risco muito baixo (Zona verde DR n.º 50-A/2021, Série I de 2021-03-13 / período pós pandémico, fase 2 OMS)

Esta situação corresponde a um período pandémico durante o qual o coronavírus se comportará como um vírus sazonal. Nesta fase, é importante manter as medidas de prevenção de forma a não aumentar o risco de transmissão. Podemos caracterizar este período por:

- Queda regular ou sustentação da taxa de casos COVID-19 confirmados;
- A incidência cumulativa a 14 dias por 100 000 habitantes entre <120/100 000 + valores de $R_0 < 1,0$.

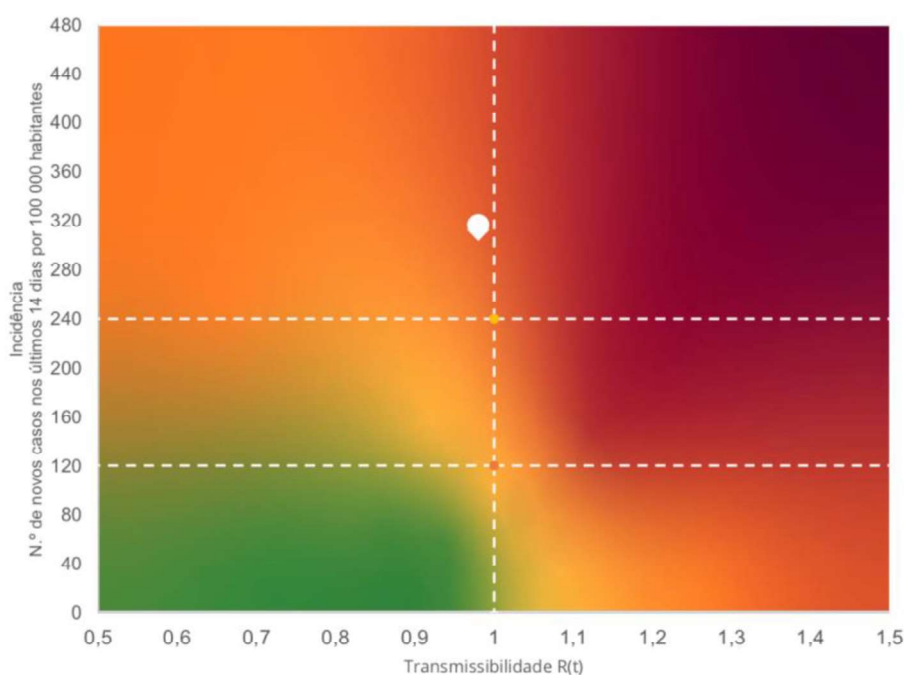


Figura2. Nova matriz de risco de pandemia baseado no padrão colorimétrico determinado pelo índice de transmissibilidade (R_t) e o nº de casos nos últimos 14 dias por 100 000 habitantes. DR n.º 147/2021, 2º Suplemento, Série II de 2021-07-30.

O diagnóstico e a definição da fase pandémica é da responsabilidade do médico coordenador COVID-19 designado pelo organizador do evento.

IV - NORMAS GERAIS A ADOTAR NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

No sentido de orientar as especificidades de organização de eventos por parte dos seus promotores e para melhor orientação de decisão/validação por parte das autoridades de saúde e da UVP-FPC foram criadas um conjunto de normas que deverão ser aplicadas na organização de todos os eventos velocipédicos, independente da vertente da modalidade ou o estado epidemiológico existente:

Adaptações Desportivas de Mitigação ao Grau de Risco do Evento

Tendo em conta o contexto específico em que se realizam as provas, para cada disciplina do ciclismo e dentro de cada uma delas, para cada vertente, poderão existir alterações regulamentares, protocolares ou logísticas para reduzir e mitigar os riscos, essas adaptações estão especificadas para cada disciplina e vertente no respetivo documento. O organizador da prova não poderá introduzir adaptações ou alterações que não estejam previstas nos respetivos documentos sem o consentimento por escrito da Comissão *Task-force UVP-FPC COVID-19*.

IV.a - Regras de credenciação a ter em conta no evento

Todos os elementos que têm uma função numa prova de ciclismo terão que ser credenciados para a referida prova e a sua identificação (nome completo, data de nascimento, número do SNS e contato de telemóvel pessoal) fazer parte de uma lista de controlo de acesso às áreas reservadas da prova. O número de elementos credenciados será reduzido ao mínimo e indispensável para a realização da prova. Por sua vez todos os elementos credenciados para uma prova terão que ser licenciados por uma Federação Nacional, com exceção dos convidados, membros da Comunicação Social (obrigatoriedade de carteira profissional), membros das Forças de Segurança e tripulação das ambulâncias.

O ato de inscrição na prova para atletas e staff de equipas e de pedido de credenciação para os restantes elementos, implica por parte de todos eles, o conhecimento, aceitação expressa e cumprimento dos Regulamentos da UCI e da UVP-FPC, bem como dos Regulamentos Particulares e do documento “Orientações e procedimentos para a organização de eventos de competição em contexto de COVID-19”, aplicáveis a essa prova em específico.

IV.b - Atividades preliminares à partida e secretariado da prova

A inscrição dos atletas e do staff das equipas e a confirmação dos participantes deverão ser realizadas por via digital (seja email ou através de uma plataforma), bem como os pedidos de credenciação para todos os elementos da prova. Da mesma forma, as reuniões preliminares (com Colégio de Comissários, com Diretores Desportivos e outras) deverão ser realizadas por vídeo conferência.

A entrega da documentação e dos materiais da prova deverá ser realizada no momento do acesso ao local da partida da prova, em envelopes individualizados.

Toda a informação detalhada sobre a prova deverá ser enviada antecipadamente por email para todos os credenciados ou disponibilizada online.

Da mesma forma, os comunicados e classificações no final da prova deverão ser igualmente enviados por email ou disponibilizados online. Nas provas por etapas, a versão em papel será distribuída na partida do dia seguinte, assim como qualquer outro material necessário.

Na chegada da prova não existe secretariado, apenas salas de trabalho para a organização e a Comunicação Social.

IV.c – Criação de Sistemas de Bolha Sanitária

Deverá ser preconizado pelo promotor do evento desportivo a criação de um sistema de bolha(s) sanitária(as) de forma a delimitar fisicamente os seus intervenientes, procedendo à monitorização de sinais e sintomas e facilitando o rastreio de contactos caso haja essa necessidade.

Esta zona de contenção, denominada de Zona 0, define-se como área delimitada fisicamente onde deverão decorrer todos os procedimentos da competição, e onde apenas têm acesso elementos credenciados para o efeito. Caracteriza-se como sendo um perímetro fisicamente fechado, onde haja apenas uma entrada (Ponto de Passagem Obrigatório – PPO). Neste ponto de entrada deverá ser prevista uma zona de avaliação sanitária de sinais e sintomas (P1) e uma área diferenciada onde o médico coordenador possa efetuar a avaliação e isolamento de casos suspeitos COVID-19 (P2).

Dentro da Zona 0 deverão estar definidos espaços para as equipas (box das equipas), cerimónia de pódio (box pódio); assim como partidas e chegadas da competição (box partida/chegada).



Figura 3. Esquema de organização de zona de contenção com base no sistema de bolha sanitária – Zona 0.

IV.d – Adaptações no início de competição - Partida da prova

O local de partida deve ser amplo de forma a garantir o distanciamento entre ciclistas de 1,5 metros. Quando necessário, o reconhecimento do percurso por parte dos atletas deverá ser realizado de forma

individualizada em horário previsto pela organização. Os atletas apenas deverão retirar a máscara de proteção no momento da partida.

IV.e – Adaptações no desenrolar da competição – Durante a prova

Deverá ser previsto pelo organizador uma redução do número de elementos de staff nas zonas técnicas. Todos os elementos não atletas presentes em competição deverão usar máscara de proteção.

IV.f – Adaptações no final da competição – Chegada da prova

Na chegada da prova, o acesso a todos os espaços técnicos incluídos na Zona Reservada deverá ser exclusivamente limitado às pessoas imprescindíveis para a realização do evento, devidamente credenciadas. Na Box de Chegada apenas deverá ser permitida a permanência de um elemento do staff por cada equipa para rececionar os seus atletas. Deverá existir um corredor de acesso para encaminhar os atletas da Box de Chegada para a Box das Equipas o mais rapidamente possível e sem paragens, a descompressão deverá ser realizada já na Box das equipas. Os atletas que tenham que se submeter ao controlo antidopagem no final da prova seguirão as instruções recebidas da ADoP de acordo com o seu manual de procedimento de colheita de amostras adaptado à Covid-19. Nas cerimónias protocolares, as individualidades convidadas poderão estar no pódio junto dos atletas respeitando as normas de distanciamentofísico. Não haverá entrega de trofeus, de forma a evitar o contacto direto com o atleta este recolherá pessoalmente o troféu de um local pré-definido junto ao pódio e respeitando as normas de distanciamento físico. A foto dos vencedores deverá respeitar as regras de distanciamento físico, não poderão existir cumprimentos físicos entre atletas ou com as individualidades nem deverá ser realizada a cerimónia do espumante. Não deve ser retirada a máscara.

IV.g - Presença de espectadores

Qualquer evento deverá decorrer previsivelmente com o número de espectadores autorizados pelo governo à data. O organizador utilizará os meios de comunicação oficiais do evento bem como os órgãos de comunicação locais para divulgar as mensagens institucionais que se pretendam transmitir ao público em geral para a sua não participação. Deverão ser previstas estruturas necessárias para dissuadir o aglomerado de pessoas nas partidas e chegadas da prova, e o acesso a estes locais será condicionado. O organizador deverá coordenar com as Forças de Segurança locais e com os serviços municipais de Proteção Civil o cumprimento das medidas de distanciamento físicoassociadas aos espectadores presentes no espaço adjacente aos pontos de interesse. Em última instância, organizador deverá tomará as medidas necessárias no sentido de mitigar ajuntamentos populacionais associados à escolha dos locais de partida/chegada/pontos de interesse no percurso.

IV.h - Comunicação Social

Os membros dos órgãos de comunicação social deverão obedecer a todas as regras instituídas para os restantes elementos presentes no evento desportivo. O trabalho de reportagem e de entrevista, deverá ser realizado em local previsto fora da box das equipas observando as seguintes regras:

- As entrevistas devem ser, tanto quanto possível, individuais, admitindo-se o máximo de três órgãos de comunicação social a entrevistar em simultâneo o mesmo interlocutor;
- Os entrevistados e os entrevistadores, bem como repórteres de imagem, têm de usar máscara certificada e cumprir as regras de higienização e etiqueta respiratória (a ausência do uso da máscara de proteção por parte do entrevistado apenas é permitido em contexto de conferência de imprensa);
- Deve ser respeitada distância física entre entrevistadores e entrevistados. Para isso, os aparelhos de recolha de sons (microfone, gravadores, telemóveis, etc) devem ser manuseados com extensor que permita o distanciamento de 2 metros entre entrevistador e entrevistado;
- As entrevistas devem ter duração máxima de dez minutos, de forma a diminuir o tempo de exposição direta entre jornalistas e ciclistas ou outros elementos da caravana.

As salas de imprensa deverão funcionar nos locais e horários a indicar pela organização. Podem aceder à sala de imprensa os jornalistas acreditados para a prova, tendo a obrigação de utilização de máscara durante toda a permanência dentro do espaço, de respeitar a distância de segurança face aos outros utilizadores, assim como as normas de etiqueta respiratória e de higienização. Não é permitida a partilha de objetos entre os utilizadores. Não é permitido ingerir qualquer alimento dentro do espaço consignado para a sala de imprensa.

IV.i - Utilização de balneários

Os banhos após o exercício desportivo em prova competitiva deverão ser realizados o mais brevemente possível após o término da competição nos seus veículos de apoio. Caso as equipas não tenham meios próprios para os banhos, a organização deverá providenciar instalações devidamente condicionadas para o efeito, obedecendo à orientação 036/2020 da DGS.

IV.j - Medidas a ter em conta no alojamento de equipas durante os eventos desportivos

Quando necessária a utilização de alojamento por parte das equipas ou staff organização, o promotor do evento terá a responsabilidade de se certificar que as unidades hoteleiras em que as equipas irão ficar instaladas no decorrer da prova obedeçam ao cumprimento dos pressupostos definidos pela Direção-Geral da Saúde (DGS): Orientação nº 008/2020 de 10/03/2020.

As equipas deverão respeitar a regra do menor número de equipas por cada unidade hoteleira, de forma a cumprir as boas práticas associadas ao distanciamento social. Desta forma não será permitida a estadia de mais de 3 equipas na mesma unidade hoteleira. Estas deverão ser separadas fisicamente dentro das unidades hoteleiras, de forma a promover distanciamento social e evitar contactos entre elementos de equipas diferentes e outros hóspedes.

Os organizadores e as equipas deverão elaborar e aplicar um procedimento de boas práticas e autorregulação sobre circuitos/comportamentos a ter por parte dos seus elementos na sua estadia nas diferentes unidades hoteleiras, que passarão por:

- Separação física entre os elementos das equipas e os restantes hóspedes. Criação de subgrupos dentro da própria equipa (subgrupo1: massagistas + atletas; subgrupo2: mecânicos + diretores desportivos e restante staff), facilitando a tomada de decisão clínica em eventuais contactos de alto risco/casos positivos que venham a ocorrer;
- Criação de circuitos distintos entre os subgrupos e os hóspedes, de forma a promover o distanciamento social entre eles (acessos de chegada e saída da unidade hoteleira/ zonas de alimentação/ zonas de convívio/ zonas dos quartos);
- Distribuição no máximo de duas pessoas da mesma equipa no mesmo quarto, onde deverão estar previstas medidas de afastamento e higienização pessoal entre elas, assim como garantia de ventilação adequada;
- Designação de um quarto de “isolamento COVID-19”, na eventualidade de ter que se proceder ao isolamento no caso de haver um elemento caso suspeito na equipa;
- Os massagistas deverão exercer as suas funções em espaços designados para o efeito. As massagens aos atletas deverão ser reduzidas ao mínimo essencial, com o menos tempo de exposição possível entre atleta/massagista. O massagista e o atleta deverão higienizar as mãos antes do procedimento da massagem, assim como proceder ao usar máscara de proteção durante todo o tempo de exposição. É mandatória a higienização prévia e posterior ao episódio de massagem de todos os materiais em contacto com os atletas;

Desfasamento dos horários de refeição entre as equipas e os subgrupos das próprias equipas. No momento da refeição, esta deverá obedecer a um sistema de buffet assistido, em que os utilizadores deverão proceder à desinfeção prévia. Caso não seja possível todos os alimentos devem estar embalados para que não sejam manipulados.

- O uso de máscara é obrigatório nos momentos em que os elementos da equipa não se estão a alimentar;
- Os mecânicos deverão ter zona específica, preferencialmente ao ar livre com distanciamento social entre eles para o exercício das suas funções;

- Todos os elementos deverão usar máscara de proteção nos espaços comuns da unidade hoteleira.

Por fim, a organização deverá ter a capacidade de fiscalizar o cumprimento destas normas por parte das equipas, sendo tomadas medidas sancionatórias definidas em regulamento próprio UVP-FPC, caso estas não estejam a ser praticadas.

IV.k - Adaptação à avaliação antidoping

Deverão ser coordenados com a ADoP os procedimentos a adotar na prova para a realização dos controlos antidopagem tendo em conta a presente realidade, bem como dar a conhecer as adaptações organizativas e regulamentares da prova definidas no presente documento. Neste momento a ADoP tem mecanismos e procedimentos próprios, validados internacionalmente de forma a mitigar o risco de transmissão do novo coronavírus no momento da colheita/ processamento de amostras de controlo antidopagem.

IV.l - Adaptação específicas aos eventos amadores (CPT)

Os organizadores de eventos amadores deverão obedecer a todas as medidas gerais dispostas nos postos supracitados. Pela especificidade destes eventos, deverão ser tidos em conta os seguintes aspetos:

IV.l.a – Organização pré-evento:

- Todos os atletas inscritos deverão assinar um termos de responsabilidade (em anexolll) onde declaram ser conhecedores e cumpridos dos procedimentos de adaptação e comportamentos a tomar no decorrer do evento, e autorizar o fornecimento dos seus dados à Autoridade de saúde territorialmente competente em caso de necessidade;
- O organizador deverá ter em sua posse os dados e contactos de todos os participantes, partilhá-los com o médico coordenador, de forma a facilitar o início do estudo epidemiológico em conjunto com a autoridade de saúde, caso este venha a ser necessário;
- Estabelecer o racional de criação de clusters, dentro da população total a participar no evento de massas. Isto aplicar-se-á desde a credenciação dos atletas, à implantação logística de partidas/chegadas, bem como à criação de circuitos fechados na ordem de partidas dos atletas;
- Credenciação dos atletas através de uma matriz de cores/números diferenciados pelas respetivas zonas 0 e boxes de partidas/chegadas;

IV.l.b – Organização de partidas:

- Dentro da zona 0, deverão ser criadas boxes na linha de partida de forma a estratificar a partida dos atletas inscritos ao longo de um tempo pré-definido. Esta estratificação deverá ser feita pela faixa etária;
- O número de boxes de partida assim como os intervalos de tempo entre partidas deverá ter em conta a estratificação de risco e o número de atletas inscritos na prova (ver tabela 4);
- As boxes deverão ser sinalizadas por ordem alfabética ou uma codificação colorimétrica;
- Os atletas após serem alvo de verificação sanitária no P1 e de entrarem na zona 0, deverão apenas ser autorizados a entrar na sua box de partida 10 minutos antes da hora prevista;
- Cada box de partida deverá ter um dispensador SABA e um caixote do lixo para colocação das máscaras de proteção. Estas só deverão ser removidas pelos atletas no momento de partida;

IV.I.c – Organização de postos de abastecimentos:

- Durante o evento, só é permitido o abastecimento líquido aos atletas nos postos intermédios. O abastecimento sólido deverá ser dado individualmente na entrada do recinto;
- Os postos de abastecimento deverão obedecer no seu layout a um formato em que não haja aglomeração de participantes, contactos de participantes sem máscara a menos de 2 metros e a partilha de objetos ou alimentos;
- Cada posto de abastecimento deverá ter um elemento da organização equipado com máscara de proteção facial e viseira de proteção ocular. A natureza das suas funções deverá ser fazer cumprir as regras de distanciamento e comportamento entre os participantes, e que proceda à higienização dos espaços de forma regular;
- Não será permitida a permanência dos atletas nestas áreas. A natureza destes postos é apenas de passagem dos participantes e do seu reabastecimento;
- Os postos de abastecimento deverão ter caixotes do lixo e dispensadores SABA;

IV.I.d – Organização das chegadas:

- O organizador deverá criar o mesmo sistema de boxes de chegada, com a mesma sinalética de forma a receber os mesmos atletas, tratando-os como clusters de contactos;
- As boxes de chegada deverão ter caixotes do lixo, dispensadores SABA e máscaras de proteção facial;
- Na chegada deverá haver um elemento da organização equipado com máscara de proteção facial e viseira de proteção ocular, de forma a fazer cumprir as regras de distanciamento e comportamento entre os participantes.

NOTA: A viabilidade dos eventos de caráter amador depende primariamente da elaboração e submissão de um PUEMed e PSanCOV2 ao grupo de trabalho de “eventos de massas” da DGS, bem como à TaskForce UVP-FPC COVID-19.

Adaptação Médico-Desportivas e Sanitárias na Mitigação do Risco no Evento

IV.I - Plano de Urgência e emergência médico desportivo e sanitário COVID-19

De acordo com as melhores práticas médico-desportivas <https://ipdj.gov.pt/covid-19-desporto>, todos os eventos deverão ter na sua organização contemplado um plano de urgência e emergência médico-desportivo (PUEMed) e um Plano Sanitário COVID-19 (PSanCOV2).

A existência de um PUEMed e PSanCOV2 permite apoiar a equipa médica e a organização na antecipação de ações e processos relevantes para a melhor prática médico-desportiva no decorrer do evento.

A elaboração e aplicação do PUEMed e PSanCOV2 deverá ser da responsabilidade do médico coordenador do evento desportivo, sendo obrigatória a sua submissão à UVP-FPC pela organização da mesma, para que seja apreciado e aprovado pelo seu Departamento Médico.

Os planos em questão deverão conter as informações listadas no *Anexo II* e deverão ser dados a conhecer antecipadamente às Autoridades de Saúde Local, ANPC e ao INEM.

IV.m - Médico coordenador

Qualquer evento desportivo velocipédico deverá contemplar nos seus pressupostos a existência de um médico com funções práticas na elaboração e aplicação dos PUEMed e PSanCOV2 (Médico Coordenador). Este, além de ser líder da equipa médico-desportiva e sanitária na organização da prova, deverá ser o elo de ligação com a Autoridade de Saúde, assim como os meios pré-hospitalares/hospitalares de referência do evento.

Será da responsabilidade do Médico Coordenador se certificar que dispõe dos meios necessários para exercer as suas funções de forma autónoma e coordenada com a organização e os restantes meios técnicos presentes.

O médico do evento com responsabilidade de coordenação deverá ser portador de cédula profissional válida pela Ordem dos Médicos, e ter como competências básicas o Suporte Básico de Vida (SBV), no uso de desfibrilhador automático externo (DAE) e experiência clínica em COVID-19. Idealmente e de forma recomendável, o médico em prova deverá ainda ter competências de Suporte Avançado de Vida (SAV)/ *Advanced Trauma Life Support* (ATLS) e formação e prática na área da Medicina Desportiva.

IV.n - Implementação de sistema de avaliação de sinais e sintomas COVID-19

A organização do evento, na figura do seu Médico Coordenador deverá prever um sistema de monitorização e vigilância sanitária a todos os elementos credenciados da prova. Todos os indivíduos alvo de teste sanitário terão de preencher um consentimento informado único sobre a participação de avaliação de aptidão por questionário de sinais e sintomas COVID-19. Todos os procedimentos que envolvam este sistema deverão estar sob supervisão do médico coordenador, estando as práticas de avaliação e diferenciação de indivíduos suspeitos baseadas nas recomendações da DGS. Aos indivíduos avaliados, cujo resultado tenha sido APTO, deverá ser colocada uma pulseira de identificação de aptidão, sendo autorizada a sua entrada zona de contenção sanitária – Zona 0. Em eventos com duração superior a 1 dia, todos os elementos credenciados deverão ser avaliados a cada dia, no momento de entrada para a Zona 0. O questionário de sinais e sintomas deverá obedecer aos seguintes pressupostos:

COVID-19 – Auxílio à decisão		
	Febre > 37,5°	4 pontos
	Tosse e dispneia	4 pontos
	Tosse	1 pontos
	Nariz obstruído ou odinofagia	1 pontos
	Anosmia	1 pontos
	Dor muscular anormal	2 pontos
	Cefaleia incomum	2 pontos
	Diarreia ou vômitos	1 pontos
	Fadiga anormal	2 pontos
< ou = 2 pontos		Baixa suspeição
3 a 5 pontos		Moderada suspeição
> ou = 5 pontos		Alta suspeição

Tabela 3. Ilustração das várias fases de uma pandemia. Modelo retirado who.org.

(Este memorando de auxílio à decisão médica não substitui as recomendações dadas pela Autoridade de Saúde).

IV.o - Certificado Digital COVID-19

A 01/07/2021 foi implementado em Portugal bem como na restante comunidade europeia o Certificado Digital COVID da UE tendo como principal função facilitar a circulação segura e livre na União Europeia durante a pandemia de COVID-19, promovendo a não aplicabilidade de medidas e restrições adicionais impostas pelo país de destino aquando de uma viagem, nomeadamente procedimentos de testagem e quarentena/isolamento profilático obrigatório, exigidos à chegada ao país de destino. De forma reprodutível, este instrumento tem sido utilizado pelo governo português para fenómenos de

desconfinamento em setores chave país, tais como a hotelaria e cultura. O mesmo princípio também se deve aplicar ao fenómeno da evolução do desconfinamento na atividade desportiva federada.

O Certificado Digital COVID admite três dimensões: 1) Ciclo de vacinação completo com dispositivos validados pela EMA e Infarmed; 2) Certificação de recuperação de doença COVID-19; 3) Comprovativo de testagem TAN (RT-PCR) nas últimas 72 horas ou TRAG (Antigénio laboratorial) na últimas 48 horas. Para a participação em eventos velocipédicos nacionais federados recomenda-se fortemente a apresentação do Certificado Digital COVID a todos os seus intervenientes credenciados, no entanto, em obediência à proporcionalidade de medidas, este torna-se obrigatório em eventos caracterizados como sendo de risco nível 2 e 3.

IV.p - Plano de testagem para SARS-Cov-2

Tendo em conta as recomendações da DGS e da União Ciclista Internacional (UCI), as medidas de avaliação da população para a presença do SARS-Cov-2 baseia-se no risco clínico para a presença ou transmissibilidade do vírus.

A DGS atualizou a Orientação 036/2020 DGS que define obrigatoriedade de testagem para o SARS-Cov-2 para modalidades desportivas de enquadramento federado de utilidade pública, categorizadas com risco moderado a elevado de transmissão para o novo coronavírus. A UCI publicou a 27/07/2020 o manual de procedimentos de adaptação para a organização de eventos velocipédicos integrados no *world tour/ feminine tour/ world championships/* eventos de classe 2 e classe 1. Neste, é mandatório a realização de testes para o SARS-Cov-2 72 horas (3 dias) dias prévios ao início da competição, para competições de classe 1 e 2 **independentemente a presença de Certificado Digital COVID-19. Isto acontece pelo facto de o painel Médico UCI não reconhecer a vacinação como sendo um fenómeno que impeça a transmissão do SARS-CoV-2 na comunidade (ver Doc. www.uci.ch)**. Tendo em conta as orientações supracitadas, e aplicando a regra da proporcionalidade de medidas para o novo coronavírus, o departamento médico da UVP-FPC determina que o número de testes ao SARS-Cov-2 a efetuar aos elementos presentes em competição será obrigatório nas circunstâncias em que a modalidade incorra maior risco de transmissibilidade, quer pelo facto da natureza do desenrolar da competição, quer pelo estado da pandemia a nível do concelho(s) ou região(iões) onde se realize (ver Anexo IV):

- Eventos Nível 3:

- **Teste TAN (RT-PCR) 72h00 prévias à competição OU teste rápido de diagnóstico por antigénio (TRAG) 48h00 prévias à competição OU presença de Certificado Digital COVID;**

- Eventos desportivos internacionais de ciclismo de estrada enquadrados nos termos dispostos pela UCI Classe ProSeries/Classe 1 e Classe 2:
 - *Teste RT-PCR para atletas/staff de equipas/comissários segundo os dispostos estabelecidos:*
<https://www.uci.org/news/2020/covid-19-pandemic-how-to-return-to-cycling-events>
 - *Os restantes agentes desportivos envolvidos na organização do evento que estejam dentro da bolha sanitária dos atletas/staff das equipas e comissários deverão ser alvo de plano específico de testagem independentemente da presença de Certificado Digital COVID: Teste TAN (RT-PCR) 72h00 prévias a competição OU Teste TRAG (Antigénio) 48h00 ao início da competição de forma a obedecer à coerência de medidas sanitárias a adotar no evento.*

Todos os elementos alvo para teste devem estar disponíveis para serem testados, assinando um consentimento informado para o efeito. Todos os testes laboratoriais para SARS-CoV-2 devem ser realizados de acordo com a Orientação 015/2020 da DGS e a Circular Informativa nº 003/CD/100.20.200, e casos positivos deverão ser notificados na plataforma SINAVE-Lab, nos termos da Lei nº 81/2009 de 21 de agosto.

Nota: O organizador bem como os intervenientes nos eventos federados deverão obedecer às regras em vigor para a utilização de e permanência nas instalações de restauração e unidades hoteleiras.
<https://eportugal.gov.pt/noticias/certificado-covid-ou-teste-negativo-obrigatorios-em-restaurantes-e-hotéis>

IV.p - Plano de gestão do evento na presença de caso suspeito/confirmado

É mandatório que o promotor do evento desportivo em conjunto com o seu Médico coordenador preconize um procedimento de gestão de caso suspeito/confirmado COVID-19. Sempre que exista um caso suspeito ou positivo de COVID-19 no decorrer do evento, este deverá ser isolado, procedendo-se ao contacto e respetiva notificação da autoridade de saúde territorialmente competente, de forma a serem implementadas as medidas adequadas no que diz respeito aos contactos. A decisão de aptidão/inaptidão sanitária para entrar na zona 0 ou da participação na competição será definida em última instância pela Autoridade de Saúde local em articulação com o Médico Coordenador. Um caso com sintomatologia compatível com COVID-19 não poderá participar na prova. Caso seja levantada a suspeição clínica da COVID-19 num dos indivíduos avaliados no posto médico COVID-19 (P2), este deverá ser transferido

para a ADC pré-definida. A escolha da ADC para onde o caso suspeito/positivo será referenciado (Cuidados de Saúde Primários Vs. Cuidados Hospitalares em Serviço de Urgência) deverá ser feita tendo em conta a avaliação clínica do indivíduo pela equipa médico-sanitária presente em prova.

A gestão do evento em caso de existência de positivo(s) para COVID-19 deverá ser efetuada com base nos fluxogramas de atuação/decisão em anexo. (*Anexo IV*)

V - NORMAS ESPECÍFICAS A ADOTAR NA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Para além das medidas gerais a adotar na adaptação organizativa de eventos das várias disciplinas da modalidade independentemente do grau de risco, pela natureza da disciplina e vertente ou da complexidade do estado pandémico, existe a necessidade de implementar medidas que dependem desta duas variáveis.

Desta forma estabelece-se três níveis de adaptação:

Medidas Baseadas no Risco Global do Evento (RGE)					
Nível	Estado de Pandemia	Classificação de Risco COVID-19	Medidas de Mitigação Gerais	Medidas de Mitigação Específicas	Plano de Testes COVID-19
Nível 1	Risco Muito Baixo	Risco Muito Baixo ou Baixo	X	-	
Nível 2	Risco Baixo	Risco Moderado a Elevado	XX	XX	
Nível 3 ou Eventos UCI Proseries/Classe1 e 2	Risco Moderado e Elevado	Risco Muito Elevado	XXX	XXX	X

Tabela 4. Resumo de medidas de mitigação COVID-19 baseadas no Risco Global do Evento.

Evento Nível 1		
Classificação de Risco COVID-19	Muito Baixo ou Baixo	
Estado da Pandemia	Risco Muito Baixo (Zona Verde)	
Vertente	Tipologia	Observações
Estrada	CRI, Prova de fundo	Partida individual ou coletiva num modelo em que seja preservado o distanciamento entre atletas ≥ 3 metros .
BTT	DHI	

	END	<u>Partida em grupo</u> condicionado a um número máximo de atletas e à dimensão da pista e zona de partida, num modelo em que seja preservado na linha de partida o distanciamento entre atletas <u>> 3 metros</u> . Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características do percurso.
	XCO	
	XCM	
Escolas de Ciclismo		
BMX		<u>Partida em grupo</u> os atletas deverão aceder à rampa de partida e permanecer na grelha de partida com capacete integral colocado, tanto quanto possível obedecendo ao distanciamento físico entre eles.
Ciclocrosse (CRO)		<u>Partida em grupo</u> condicionado a um número máximo de atletas e à dimensão da pista e zona de partida, num modelo em que seja preservado na linha de partida o distanciamento entre atletas <u>> 3 metros</u> . Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características do percurso.
Pista		<u>Partida em grupo</u> os atletas deverão aceder e permanecer na zona de partida tanto quanto possível obedecendo ao distanciamento social entre eles. Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características da prova.
Ciclismo Para Todos (CPT) (Desporto federado amador recreativo e de lazer)		<u>Partida em grupo e estratificada no tempo</u> condicionado a um número máximo de 75 atletas por box de partida; Partidas estratificadas entre boxes de 1 em 1 minuto; <u>Diferenciação de competições do mesmo evento</u> Criação de Zonas 0 distintas para competições de Grandfondo/Méiofondo/Minifondo; Partidas estratificadas entre competições de 5 em 5 minutos; <u>São permitidos eventos por etapas</u> São permitidos eventos consecutivos por um número não superior a 3 dias.
Caracterização de requisitos específicos: - Mandatório o envolvimento e aprovação da Autoridade de Saúde Territorialmente Competente .		

Tabela 5. Caracterização das medidas de mitigação COVID-19 para eventos do Nível 1.

Evento Nível 2		
Classificação de Risco COVID-19		Moderado e Elevado
Estado da Pandemia		Risco Baixo (Zona Laranja)
Vertente	Tipologia	Observações
Estrada	CRI, Prova de fundo	<u>Partida individual ou coletiva</u> num modelo em que seja preservado o distanciamento entre atletas <u>> 3 metros</u> .
BTT	DHI	
	END	

	XCO	<p>Partida em grupo condicionado a um número máximo de atletas e à dimensão da pista e zona de partida, num modelo em que seja preservado na linha de partida o distanciamento entre atletas > 3 metros (Nº não superior a 50 unidades por grupo). Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características do percurso.</p> <p>No XCM, é permitida a partida de grupos de 75 atletas, distanciados temporalmente de 2 min. entre eles num máximo de atletas definido por este grau de risco (ver infra.).</p>
	XCM	
Escolas de Ciclismo		
BMX		<p>Partida em grupo os atletas deverão aceder à rampa de partida e permanecer na grelha de partida com capacete integral colocado, tanto quanto possível obedecendo ao distanciamento social entre eles. O número máximo de atletas permitidos por grelha de partida é de 8 atletas.</p>
Ciclocrosse (CRO)		<p>Partida em grupo condicionado a um número máximo de atletas e à dimensão da pista e zona de partida, num modelo em que seja preservado na linha de partida o distanciamento entre atletas > 3 metros (Nº não superior a 75 unidades por grupo). Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características do percurso.</p>
Pista		<p>Partida em grupo os atletas deverão aceder e permanecer na zona de partida tanto quanto possível obedecendo ao distanciamento social entre eles. Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características da prova.</p>
Ciclismo Para Todos (CPT) (Desporto federado amador recreativo e de lazer)		<p>Partida em grupo e estratificada no tempo condicionado a um número máximo de 150 atletas por box de partida; Partidas estratificadas entre boxes de 3 em 3 minuto.</p> <p>Diferenciação de competições do mesmo evento Criação de Zonas 0 distintas para competições de Grandfondo/Médiofondo/Minifondo; Partidas estratificadas entre competições de 10 em 10 minutos;</p> <p>Não são permitidos eventos por etapas Não permitidos eventos em dias consecutivos. O evento deverá decorrer em dia único.</p>
<p>Caracterização de requisitos específicos:</p> <p>- Apesar das medidas de mitigação associadas a este nível, a dotação máxima do conjunto dos indivíduos inscritos no evento (atletas/staff/staff organização) não pode ultrapassar: Estrada: 400 uni.; BTT (DHI: 400 uni.; END: 400 uni. XCO: 600; XCM: 600); CRO: 400; BMX: 300 uni.; Pista: 250 uni.; CPT: entre 750 e 1500 uni.</p> <p>- - Mandatário o envolvimento e aprovação da Autoridade de Saúde Territorialmente Competente.</p>		

Tabela 6. Caracterização das medidas de mitigação COVID-19 para eventos do Nível 2.

Evento Nível 3 ou Eventos UCI Proseries/Classe1 e 2		
Classificação de Risco COVID-19		Muito Elevado
Estado da Pandemia		Risco Moderado ou Elevado (Zona Vermelha)
Vertente	Tipologia	Observações
Estrada	CRI, Prova de fundo	<p>Partida individual ou coletiva num modelo em que seja preservado o distanciamento entre atletas > 3 metros.</p>
BTT	DHI	
	END	
	XCO	
	XCM	<p>Partida em grupo condicionado a um número máximo de atletas e à dimensão da pista e zona de partida, num modelo em que seja preservado na linha de partida o distanciamento entre atletas > 3 metros (Nº não superior a 25 unidades por grupo). Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características do percurso.</p> <p>No XCM, é permitida a partida de grupos de 50 atletas, distanciados temporalmente de 5 min. entre eles num máximo de atletas definido por este grau de risco (ver infra.).</p>
Escolas de Ciclismo		
BMX		<p>Partida em grupo os atletas deverão aceder à rampa de partida e permanecer na grelha de partida com capacete integral colocado, tanto quanto possível obedecendo ao distanciamento social entre eles. O número máximo de atletas permitidos por grelha de partida é de 6 atletas.</p>
Ciclocrosse (CRO)		<p>Partida em grupo condicionado a um número máximo de atletas e à dimensão da pista e zona de partida, num modelo em que seja preservado na linha de partida o distanciamento entre atletas > 3 metros (Nº não superior a 50 unidades por grupo). Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características do percurso.</p>
Pista		<p>Partida em grupo os atletas deverão aceder e permanecer na zona de partida tanto quanto possível obedecendo ao distanciamento social entre eles. Tempo mínimo de partida entre grupos é calculado em função das características da prova.</p>
Ciclismo Para Todos (CPT) (Desporto federado amador recreativo e de lazer)		<p>Partida em grupo e estratificada no tempo condicionado a um número máximo de 300 atletas por box de partida; Partidas estratificadas entre boxes de 5 em 5 minuto.</p> <p>Diferenciação de competições do mesmo evento Criação de Zonas 0 distintas para competições de Grandfondo/Méiofondo/Minifondo; Partidas estratificadas entre competições de 15 em 15 minutos;</p>

	<p><u>Não são permitidos eventos por etapas</u> Não permitidos eventos em dias consecutivos. O evento deverá decorrer em dia único.</p> <p><u>Vigilância ativa do recinto</u> Organizadores deverão garantir vigilantes com funções específicas de monitorizar/intervir ativamente no cumprimento das normas sanitárias, especialmente o uso de máscara de proteção e o distanciamento social dentro das zonas 0 antes da partida do evento.</p>
<p>Caracterização de requisitos específicos:</p> <p>- Apesar das medidas de mitigação associadas a este nível, a dotação máxima do conjunto dos indivíduos inscritos no evento (atletas/staff/staff organização) não pode ultrapassar: Estrada: 500 uni. BTT (DHI: 400 uni.; END: 400 uni. XCO: 600; XCM: 600); CRO: 400; BMX: 300 uni.; Pista: 250 uni. Os eventos de CPT poderão se realizar com um valor >1500 uni. No entanto recomenda-se fortemente que os organizadores não ultrapassem as 3000 uni.</p> <p>- Mandatório o envolvimento e aprovação da Autoridade de Saúde Territorialmente Competente.</p>	

Tabela 5. Caracterização das medidas de mitigação COVID-19 para eventos do Nível 3.

NOTA ¹: A todos os pressupostos supracitados, sobrepõem-se as determinações da Autoridade de Saúde, local ou nacional.

NOTA ²: As competições internacionais realizadas em território nacional, além das medidas nacionais emanadas pela DGS, deverão estar sujeitas aos pressupostos estabelecidos pela UCI, prevalecendo sempre o protocolo de maior restrição.

VI- REGRAS PARA VALIDAÇÃO DE PROVAS DE CICLISMO POR PARTE DA UVP-FPC

Indo ao encontro dos desígnios estabelecidos pela DGS e pelo Governo da República Portuguesa, tendo como base as orientações emanadas pela UCI e OMS, a UVP-FPC estabelece que os eventos desportivos validados para o efeito de competição deverão obedecer às seguintes determinantes:

- Determinação do Risco Global do Evento (RGE) tendo em conta a matriz de risco do evento para a transmissibilidade COVID-19 (*Anexo I*) e o estado da pandemia da(s) região(iões) onde o evento se irá realizar (*Secção III*);
- As adaptações sanitárias às medidas a implementar pelos organizadores deverão se basear no valor de cálculo de risco da prova (*Anexo I*);
- Proceder à criação de um plano de urgência e emergência médico-desportivo e sanitário de forma a estabelecer os meios médicos e de socorro e sanitários de apoio ao evento. Este plano deverá ser efetuado pelo médico coordenador contratado pelo organizador do evento, tendo como base a matriz em anexo (*Anexo II*);
- Todos os participantes e equipas técnicas devem assinar um Código de Conduta / Termo de responsabilidade (*Anexo III*), no qual é assumido o compromisso pelo cumprimento das medidas de

prevenção e controlo da infeção por SARS-Cov-2, bem como o risco de contágio pelo SARS-Cov-2 durante a prática desportiva, quer em contexto de treinos quer em contexto de competição;

- Definição do procedimento de diagnóstico e gestão de caso suspeito/positivo (*Anexo IV*);
- Submissão do plano de urgência e emergência médico-desportivo e sanitário para a(s) Autoridade(s) Local(ais) de Saúde(s) da(s) área(s) adstrita(s) ao evento. **Mandatário o envolvimento e aprovação da Autoridade de Saúde Territorialmente Competente.**
- Submissão de documentação necessária à UVP-FPC, para validação do evento.

Delmino Pereira
Presidente UVP-FPC

Lima Quintas
Diretor Clínico UVP-FPC

Atualizado a 22 de agosto 2021

ANEXO. I

Cálculo de Risco e Adaptações Sanitárias para a Organização de Eventos Desportivos Velocipédicos de Competição em Portugal

Task-Force UVP-FPC COVID-19

AVALIAÇÃO DE RISCO

Instrumento de majoração global do risco para transmissibilidade ao SARS-Cov-2:

- A avaliação de risco permite aos organizadores ter em conta os fatores major inerentes à pandemia COVID-19 de modo a proceder com maior exatidão o planeamento sanitário de um evento desportivo. Isso ajudará os organizadores a entender e gerir quaisquer riscos adicionais causados pela pandemia;
- A avaliação de risco deve ser revista e atualizada imediatamente antes de entrar na fase operacional, tendo sempre em conta a evolução diária a nível nacional da pandemia;
- Os organizadores podem consultar as diretrizes e os relatórios de evolução da pandemia no território português através do site www.dgs.pt;
- As premissas incluídas na avaliação de risco COVID-19 estão adaptadas à realidade do risco de transmissão associada à especificidade do desempenho desportivo associado à modalidade de ciclismo, tais como:

Avaliação de Risco			
Colocar algarismo 1 em caso de resposta afirmativa e algarismo 0 em caso de resposta negativa			
Fatores de risco para transmissão de COVID-19 específicos para atividades desportivas	Fator ponderação de multiplicação (X ²)	Sim (1)/Não (0)	Pontuação
O evento decorre num período superior a 3 dias?	3	1	
O evento implica a utilização/passagem em mais do que um distrito?	1	1	
O evento envolve risco de esgotamento de serviços de saúde da região a participar: recursos hospitalares/cuidados de saúde primários?; Operacionalidade dos quartéis de bombeiros às comunidades?	3	1	
Número de participantes inscritos (atletas/staff equipas/staff organização) superior à dotação estipulada para cada vertente da modalidade: Estrada: 375uni.; BTT (DHI: 375uni.; END: 375uni.; XCO: 565uni.; XCM: 565uni.); CRO: 375uni.; BMX: 250uni.; Pista: 190uni.; Escolas de Ciclismo 250 uni. CPT: 750 uni.	3	1	
Evento em que previsivelmente não está preconizado o distanciamento > 3 metros entre atletas competidores num período temporal espetável > 15 min. (atividades onde previsivelmente haja pelotão ou pequenos grupos de atletas);	1	1	
Presença de atletas com idade > 65 anos ou com co morbilidades definidas em Norma nº 003/2020 da DGS, sem certificado digital COVID-19, ou sem certificado de esquema vacinal completo com os dispositivos aprovados pelo IINFARMED (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde) ou a EMA (Agência Europeia do Medicamento);	1	1	
A competição irá ter atletas estrangeiros participantes oriundos de países em que exista transmissão ativa na comunidade?	1	1	
A atividade é em recinto indoor?	1	1	
Score Total de Risco COVID-19			

Tabela 1. Matriz de avaliação do risco para a COVID-19
(O score dado a cada ponto é baseado na ponderação de relevância de cada fator)

CHAVE PARA DETERMINAÇÃO DO RISCO PELA ESCALA DE COR	
Muito Baixo (0-1)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado MUITO BAIXO .
Baixo (2)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado BAIXO . Recomenda-se a <u>melhoria das medidas</u> de mitigação.
Moderado (3-4)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado MODERADO . Recomenda-se a <u>melhoria acentuada das medidas</u> de mitigação.
Elevado (5-6)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado ELEVADO . Recomenda-se a <u>melhoria acentuada das medidas de mitigação e limitação das atividades de risco mais elevado</u> .
Muito Elevado (>6)	O risco global de transmissão do COVID-19 em relação à prática da atividade desportiva é considerado MUITO ELEVADO . PROIBIDA a prática desportiva com estas características (EXCEPTO COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE DE SAÚDE - DGS).

Tabela 2. Definição colorimétrica de risco baseado no score de risco para a COVID-19

MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO

Instrumento de majoração das medidas de adaptação tendo em conta o risco:

- De forma esquemática apresenta-se o organigrama resumo das medidas a ter em conta por parte dos organizadores no desenvolvimento e planeamento das competições;
- A definição de conteúdos teve por base o princípio da proporcionalidade de medidas face ao risco inerente da natureza do evento desportivo;
- Os organizadores deverão utilizar a o resultado do cálculo de risco sanitário para a transmissibilidade para o SARS-Cov-2, no sentido de saber quais as medidas que tem de tomar como mandatórias (**Mand.–Org.**), recomendativas (**Recom.–Org.**) ou desejáveis (**Desej.–Org.**);

Capitulação	Considerações chave	Risco Muito Elevado (>6)	Risco Elevado (5-6)	Risco Moderado (3-4)	Risco Baixo (2)	Risco Muito Baixo (0-1)
Compreensão geral da situação atual da COVID-19 pelos responsáveis das atividades	Obtenção de informação por parte do organizador e seus colaboradores das orientações mais recentes sobre a situação da pandemia COVID-19 (fontes oficiais WHO, ECDC, UN, DGS e outras autoridades de saúde). Os responsáveis e restantes colaboradores estão comprometidos para cumprir essas recomendações.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	Atualização por parte dos organizadores e seus colaboradores em relação aos relatórios diários da situação , por parte das autoridades de saúde.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	Compreensão por parte do organizador seus colaboradores sobre os riscos e as vias de transmissão do COVID-19 , bem como as medidas que os participantes das atividades desportivas devem tomar para limitar a disseminação e as melhores práticas a implementar (incluindo a etiqueta respiratória, higiene de mãos, distanciamento individual , etc.), e as restrições à deslocação adotadas em cada país / região.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
Preparação para incidentes durante atividade e plano de resposta	Existência de um plano de ação médico-desportivo de urgência e emergência que inclua a presença de equipa médica na prova em que esta controle e coordene o desenrolar da atividade desportiva a organizar. Dar a conhecer o plano à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM).	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	Registo, devidamente autorizado, dos elementos credenciados da prova (nome e contacto telefónico) , para efeitos de eventual vigilância epidemiológica.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	Inclusão por parte do plano de ação médico-desportivo de urgência e emergência da prova, informação sobre a forma como os participantes nas atividades desportivas devem interagir com os serviços de saúde em caso confirmado ou suspeito de COVID-19 , incluindo lista de contactos, definição de equipa(s) médica sanitária(s), locais próprios de prestação de cuidados e sala de isolamento, protocolo de atuação, definição de Unidade hospitalar de referência. Dar a conhecer o plano à Autoridade Local de Saúde Pública.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	Ter o parecer favorável por parte da Autoridade Nacional de Saúde (DGS) para que haja um procedimento de integração e coordenação da equipa médica da prova com resposta sanitária integrada em caso suspeito ou confirmado.	Mand.-Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.
	Existência dos médicos das equipas presencialmente na prova , estando estes coordenados com o médico coordenador do evento . Articulação e partilha de registo sanitário (sinais e sintomas + medição de temperatura corporal) dos elementos das equipas com o médico coordenador da prova.	Mand.-Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Existência dos seguintes equipamentos ou consumíveis para minimizar riscos de transmissão do novo coronavírus:					
	Equipamento de proteção individual (máscaras cirúrgicas certificadas, luvas, viseira de proteção) para contingências e para o uso por parte dos profissionais de saúde.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	Higienizador de mãos, álcool, gel alcoólico, toalhetes alcoolizados e toalhetes de papel. Cestos com tampa e pedal para deposição do material de higiene (i.e., toalhas, produtos sanitários, papéis) nos sanitários e vestiários.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	Higienizadores de mãos à entrada e ao longo das áreas de permanência das equipas na partida/chegada.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	No caso de um atleta / participante tiver sintomas de infeção respiratória:					
	Existência de procedimento para atletas e participantes que identifique claramente com quem contactar, para onde se dirigir e como proceder caso de surgimento de sintomas compatíveis com a COVID-19.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Mand.-Org.
	Procedimento sobre identificação e definição de ADC (Áreas Dedicadas à COVID-19) a recorrer em caso de necessidade de investigação epidemiológica ou clínica.	Mand.-Org.	Mand.-Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.

	Existência de cuidados médicos de suporte avançado de vida no local, com pessoal e equipamento para auxiliar atletas ou participantes com problemas cardiorrespiratórios? (Desfibrilhador Automático Externo).	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org. .	Mand -Org.
	Existência de áreas de isolamento COVID-19 adstrita ao evento.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Definição de eventuais vias para evacuação de situações clinicamente graves (foro COVID e não COVID) articuladas com os meios INEM e os hospitais de referência da prova.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.
	Existe um protocolo de higienização e limpeza , adaptado para assegurar limpeza – aplicação frequente de desinfetante nas áreas de maior manuseio (antes, durante e após utilizações).	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Estabelecer medidas de avaliação e rastreio de sinais e sintomas associados à COVID-19 , incluindo verificação da temperatura a todos os intervenientes na competição (credenciados com funções).	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Existência de protocolo de avaliaçãoARS-Cov-2 (Testes RT-PCR e/ou antígeno de diagnóstico ao SARS-Cov-2) para os elementos das equipas (atletas e staff).	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.
Envolvimento e coordenação com parceiros comunitários	Existência de protocolo de verificação sanitária articulado com parceiros organizativos (forças de segurança, ADoP...).	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.
	Existência de voluntários que auxiliem o organizador e o médico coordenador nas tarefas de verificação sanitária e certificação dos procedimentos corretos de mitigação da transmissibilidade associada ao novo coronavírus.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.
Gestão e supervisão	Existência de política sobre a tomada de decisão no contexto de surto COVID-19 , com necessidade de implementação de alterações ao plano de prova, que incluam ampliar, restringir, modificar, adiar ou cancelar a atividade desportivas.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.
	Previsão da necessidade de ativar um posto sanitários de rastreio / intervenção no local das atividades.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.
	Planeamento e execução por parte do staff da organização e equipa médica do evento de treinos e simulações dos procedimentos de segurança e medidas de mitigação.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.
Comunicação do risco	Existência de estratégia de comunicação de risco .	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Existência de alguém designado para articular com os media e promover a articulação da comunicação.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Existência de alguém para monitorizar rumores / fake news a nível nacional, regional ou local.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.
	Existência de coordenação em relação aos diferentes meios de comunicação da organização (Twitter, Facebook e Instagram)	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.	Desej.-Org.
Divulgação de medidas de saúde pública relativas à COVID-19 antes e durante o evento	Colocação de material informativo sobre a COVID-19 publicado pela DGS sobre as medidas de prevenção aconselhadas, nomeadamente etiqueta respiratória, higiene das mãos e distanciamento individual , em áreas de partida/chegada do evento.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.
	No ato de inscrição, dar a conhecer aos elementos credenciados para a prova as informações sobre situações de risco associadas à COVID-19 de forma a que a sua participação constitua uma decisão consentida e informada.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.
	Medidas de restrição, no sentido de assegurar a inexistência de público, ou a sua participação restrita no evento.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.
Medidas de mitigação associadas à competição	Adaptações a ter em conta durante a organização do evento desportivo.					
	Adaptações nos procedimentos de registo e credenciação na prova	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Uso de máscara de proteção certificada , tendo em conta as normas de boas práticas de utilização descritas pela DGS.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.
	Adaptações às zonas de abastecimento apeado/ Box das equipas/ Zonas verdes (descarte de bidons e lixo)	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Adaptar o número de participantes inscritos e as características (distância/dureza/dificuldade técnica) do percurso da corrida.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.
	Adaptações da cerimónia do pódio (uso de máscara de proteção/ afastamento social entre pessoas/ redução do número de pessoas na cerimónia do pódio).	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.
Medidas específicas de mitigação	Criação de zona de contenção ("Bolha Sanitária") , onde apenas as pessoas credenciadas com interesse para o desenrolar da competição tem acesso.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Adaptações nas unidades hoteleiras com separação de equipas nos hotéis e por várias unidades hoteleiras	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Implementação de medidas para abolir / diminuir a partilha de equipamento, bebidas, toalhas, etc... (exceto atletas e staff da mesma equipa).	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.
	Existem condições logísticas para o distanciamento apropriado entre as equipas no padock partidas/chegadas.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.
	Permissão de utilização de duches e chuveiros em balneários caso seja obedecido o ponto 4 da orientação 030/2020 DGS.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.
	Existência de condições nas zonas de partida/chegada para promover o distanciamento apropriado entre elementos das equipas para ativerdes simultâneas de warm up/cool down (pré e pós exercício respetivamente).	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Recom.-Org.	Desej.-Org.
	Execução de plano de recomendações às equipas para reavaliações médico-desportivas com avaliação por eletrocardiografia (ECG) por parte dos atletas antes da retoma da atividade desportiva.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.	Mand -Org.

Tabela 3. Medidas de mitigação do risco baseado no score dado pela matriz de avaliação do risco do evento desportivo

MEIOS MÉDICOS E DE SOCORRO

Risco	Ponderação de Recursos de Saúde a Utilizar no Evento Desportivo
Muito Baixo	Cálculo do número de Médicos (Medicina desportiva): $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Cálculo do número de Enfermeiros: $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Ambulâncias de socorro (apoio à competição): $\frac{(\gamma \cdot 1/50 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Carro Médico da prova: $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
Baixo	Cálculo do número de Médicos (Medicina COVID-19): $\frac{(\gamma \cdot 1/30 \text{ do número de participantes} \times 15 \text{ minutos de avaliação médica})}{180 \text{ minutos disponíveis para o total de avaliações}}$
	Cálculo do número de Médicos (Medicina desportiva): $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Cálculo do número de Enfermeiros: $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Ambulâncias de socorro (apoio à competição): $\frac{(\gamma \cdot 1/50 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Carro Médico da prova: $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
Moderado	Médico Coordenador do evento: 1 unidade
	Cálculo do número de Médicos (Medicina COVID-19): $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times 15 \text{ minutos de avaliação médica})}{180 \text{ minutos disponíveis para o total de avaliações}}$
	Cálculo do número de Médicos (Medicina desportiva): $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Cálculo do número de Enfermeiros: $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Ambulâncias de socorro (apoio à competição): $\frac{(\gamma \cdot 1/50 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Carro Médico da prova: $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
Elevado / Muito Elevado	Médico Coordenador do evento: 1 unidade
	Cálculo do número de Médicos (Medicina COVID-19): $\frac{(\gamma \cdot 1/8 \text{ do número de participantes} \times 15 \text{ minutos de avaliação médica})}{180 \text{ minutos disponíveis para o total de avaliações}}$
	Cálculo do número de Médicos (Medicina desportiva): $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Cálculo do número de Enfermeiros: $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Ambulâncias de socorro (apoio à competição): $\frac{(\gamma \cdot 1/50 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Carro Médico da prova: $\frac{(\gamma \cdot 1/150 \text{ do número de participantes} \times \text{Tempo total da prova})}{\text{Tempo total da prova}}$
	Posto médico COVID-19 na partida e chegada de prova em linha (ou no ponto de partida/chegada sem for em circuito): 1 unidade

Tabela 4. Cálculo de meios médicos e de socorro a contemplar na planificação da prova.

Medidas tomadas tendo em conta as orientações 036/2020; 09/2020 da DGS; Doc. reabertura à competição UCI publicado junho, 15, 2020.

ANEXO. II

Matriz de Elaboração de Plano de Urgência e Emergência Médico Desportivo e Sanitário

Taskforce UVP-FPC COVID-19

MATRIZ DE PLANO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA MÉDICO DESPORTIVO/SANITÁRIO	
	CAPÍTULO MÉDICO DESPORTIVO
1	Discriminar o nome do evento que se propõem a organizar
2	Discriminar qual o tipo de prova: Estrada/Pista/XCO/XCM/DHI/END/CRO/BMX/Paraciclismo/Grandfondo
3	Discriminar a data ou o intervalo de datas em que o evento se vai desenrolar
4	Discriminar a categoria de prova mediante a classificação de provas UVP-FPC/UCI
5	Discriminar o nome completo do organizador
6	Discriminar o contacto do organizador: telefónico e e-mail
7	Discriminar o número exato e/ou máximo de equipas que o organizador pretende constar na prova a organizar <i>(não se aplica a provas de Grandfondo)</i>
8	Discriminar o número exato e/ou máximo de atletas que o organizador pretende constar na prova a organizar
9	Discriminar qual/quais o(s) distrito(s) em que a prova se vai realizar
10	Discriminar qual/quais o(s) concelho(s) em que a prova se vai realizar
11	Anexar o(s) mapa(s) da(s) etapa(s)/circuito(s) da prova. Neste deve constar ponto de partida, e ponto de chegada, assim como o percurso delineado e facilmente perceptível sobre o mapa geográfico rodoviário.
12	Discriminar o nome completo, contacto e número de cédula profissional do médico responsável pelo evento desportivo <i>O médico responsável pela prova deverá ser detentor de autonomia na sua prática clínica, devendo respeitar o Código Deontológico da Ordem dos Médicos. RECOMENDA-SE FORTEMENTE que seja detentor de formação em SBV/SAV/ATLS</i>
13	Discriminar o número, nome, contacto e número de cédula profissional do(s) médico(s) existente(s) em prova <i>O número de médicos existentes num evento desportivo velocipédico dependerá de um conjunto de fatores que determinarão o risco de segurança em prova.</i>
14	Discriminar o número, nome, contacto e número de cédula profissional do(s) enfermeiro(s) existente(s) em prova <i>O número de enfermeiros existentes num evento desportivo velocipédico dependerá de um conjunto de fatores de determinaram o risco de segurança em prova.</i>
15	Discriminar a existência de vestuário técnico para os elementos da equipa médica e de socorro. <i>Os elementos da equipa médica e da equipa de socorro deverão ser detentores de vestuário técnico que descreva o ranking de função (MÉDICO/ENFERMEIRO/BOMBEIRO TAS/BOMBEIRO TAT). O vestuário técnico deverá obedecer à não utilização de elementos de marca registada pelo INEM, ao abrigo do artigo 59º do Dec.-Lei 234/81 de 3 de Agosto</i>
16	Discriminar a existência de meios de comunicação para os elementos da equipa médica e de socorro. <i>Todos os elementos da equipa médica e da equipa de socorro deverão ter ao seu dispor meios de comunicação próprios, em circuito fechado, para que seja possibilitada transmissão de informação clínica de um eventual sinistrado de forma mais célere e eficaz. Desta feita, deverá ser promovida a proteção ao sigilo clínico, e libertação do canal rádio organização para informações inerentes ao funcionamento da prova.</i>
17	Discriminar o número de veículos médicos em prova por tipologia: carro(s); mota(s); helicóptero(s). <i>O número de viaturas existentes num evento desportivo velocipédico dependerá de um conjunto de fatores que determinarão o risco de segurança em prova.</i>
18	Discriminar a existência de Hospital de campanha na prova. <i>A existência de hospital de campanha em prova, dependerá de um conjunto de fatores que determinarão o risco de segurança em prova.</i>
19	Discriminar o nome da instituição à qual são contratados os meios de socorro.
20	Discriminar o nome do Comandante ou do responsável técnico da instituição à qual são contratados os meios de socorro.
21	Discriminar a existência de aparelho de desfibrilhação automática externa em prova

22	Discriminar o número de ambulâncias presentes em prova <i>O número de ambulâncias existentes num evento desportivo velocipédico dependerá de um conjunto de fatores que determinarão o risco de segurança em prova.</i>
23	Discriminar o número de elementos Técnicos TAS e TAT
24	Discriminar o contacto do comandante ou do responsável técnico da instituição à qual são contratados os meios de socorro
25	Discriminar qual a área geográfica e contacto de CDOS e CODU em que a prova irá estar envolvida
26	Discriminar o nome e contacto da(s) unidade(s) hospitalar(es) de referência da prova.
CAPÍTULO MÉDICO-SANITÁRIO	
27	Aplicar o instrumento de avaliação de risco de transmissão COVID-19 e sua discriminação <i>ver documento orientador de adaptações para o novo coronavírus aplicado aos organizadores.</i>
28	Discriminar medidas de saúde pública aplicadas aos espectadores
29	Discriminar medidas de saúde pública aplicadas à população participante em competição
30	Discriminar medidas de preparação e adequação dos espaços envolventes à competição
31	Discriminar o plano de testagem SARS-Cov-2 <i>caso aplicável</i>
32	Discriminar a zona de contenção sanitária – “Zona 0” e procedimento de avaliação sanitária para a sua utilização <i>caso aplicável. ver documento orientador de adaptações para o novo coronavírus aplicado aos organizadores.</i>
33	Discriminar os pontos de referência ADC
34	Discriminar o procedimento e gestão de caso suspeito COVID-19
35	Discriminar o contacto da Autoridade Local de Saúde

Tabela 1. Matriz de construção de plano de urgência e emergência médico-desportivo e sanitário a ser utilizado pelo médico coordenador responsável pelo evento e o seu promotor.

ANEXO. III

Modelo de Termo de Responsabilidade

Orientação 036/2020 Direção-Geral da Saúde

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____, portador do documento de identificação n.º _____, agente desportivo federado da modalidade de _____ no clube _____, declaro por minha honra, que:

1. Adotarei um comportamento socialmente responsável, cumprindo de forma exemplar as medidas gerais recomendadas pela Direção-Geral da Saúde, na minha vida em sociedade e durante a prática desportiva, designadamente, a etiqueta respiratória, a higienização frequente das mãos, e, sempre que aplicável, o distanciamento físico e a utilização de máscara;
2. Comprometo-me a utilizar máscara em todas as situações previstas e recomendadas pelas autoridades de saúde;
3. Monitorizarei os meus sinais e sintomas, nomeadamente febre, tosse e dificuldade respiratória, durante a prática desportiva, quer em contexto de treino quer em competição, em particular, nas vésperas e no dia do treino e competição;
4. Informarei o meu clube ou federação, de imediato, relativamente a eventuais contactos com indivíduos suspeitos de COVID-19 ou com casos confirmados de infeção por SARS-CoV-2, bem como da manifestação de sinais e sintomas de COVID-19, nomeadamente febre, tosse, ou dificuldade respiratória. Aplicarei esta mesma regra a todos os elementos do meu agregado familiar;
5. Aceito submeter-me a todos os testes e exames laboratoriais determinados pela equipa médica do meu clube, federação ou pelas Autoridades de Saúde;
6. Participarei, sempre que solicitado, nas iniciativas de cariz social e educativo de sensibilização de todos os agentes desportivos e da sociedade para a prevenção e controlo da COVID-19.

___ de _____ de 202__

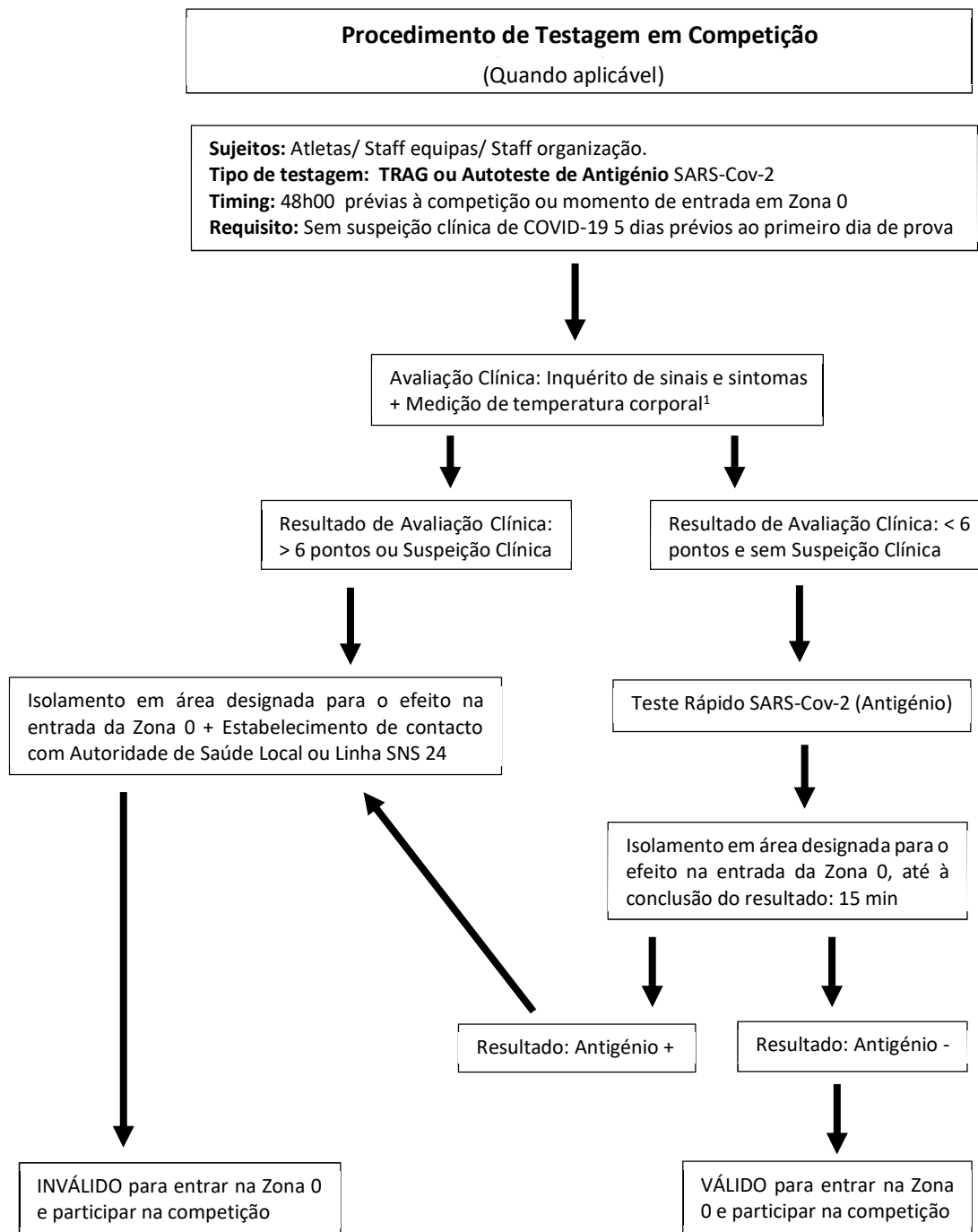
Assinatura: _____

Assinatura do Encarregado de Educação (no caso de agentes desportivos menores de idade):

ANEXO. IV

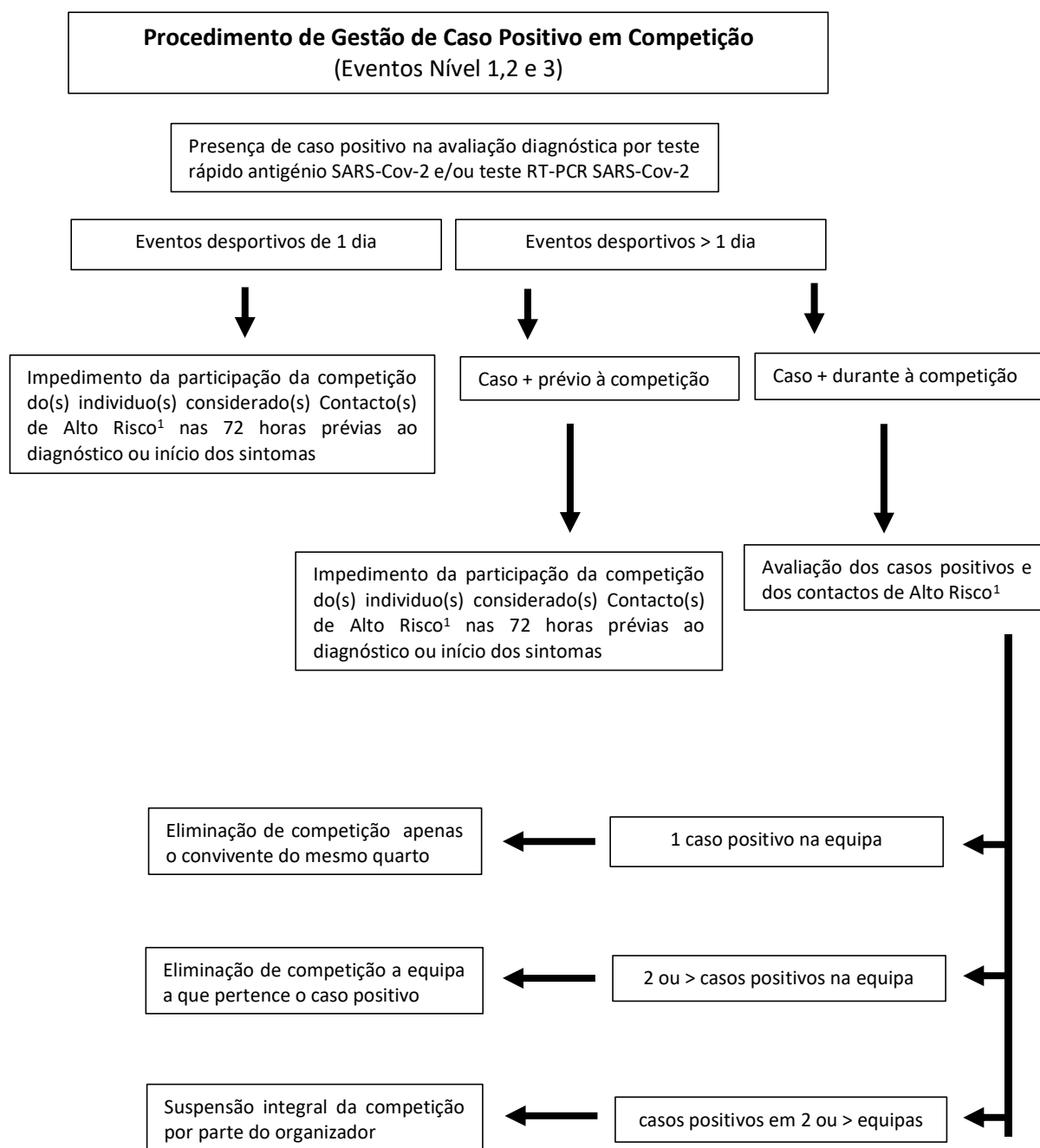
Procedimentos de Testagem e de Gestão em Prova de Casos Suspeitos e Positivos para a COVID-19

Taskforce UVP-FPC COVID-19



Fluxograma 1. Procedimento de testagem pré-competição em eventos classificados como Nível 2 pré competição em indivíduos sem Certificado Digital COVID-19 e Nível 3 a cada 48h00.

Nota¹: Procedimento de decisão clínica de acordo com o doc. *Procedures to be followed for the re-opening of the road cycling season in the context of the coronavirus pandemic* UCI, publicado a 10/06/2020.



Nota¹: Procedimento de avaliação clínica validado pelo doc. *Procedures to be followed for the re-opening of the road cycling season in the context of the coronavirus pandemic* UCI, publicado a 10/06/2020.

Fluxograma 2. Procedimento de gestão de caso confirmado em eventos classificados como Nível 1/2/3. Nota¹: Procedimento de decisão clínica de acordo com o doc. *Procedures to be followed for the re-opening of the road cycling season in the context of the coronavirus pandemic* UCI, publicado a 10/06/2020.

PLANIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS

30º Grande Prémio de Ciclismo JN

Agosto 2021

1. CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA MÉDICA

Carro Médico

Motorista: Vítor Silva

Médico: Vasco Miguel Maia Costa

Enfermeiro: Hélder Ricardo Ferreira – CP 47477

Ambulância 1

Motorista/socorrista: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Sanguedo

Socorrista/TAS: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Sanguedo

Ambulância 2

Motorista/socorrista: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Sanguedo

Socorrista/TAS: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Sanguedo

Ambulância 3

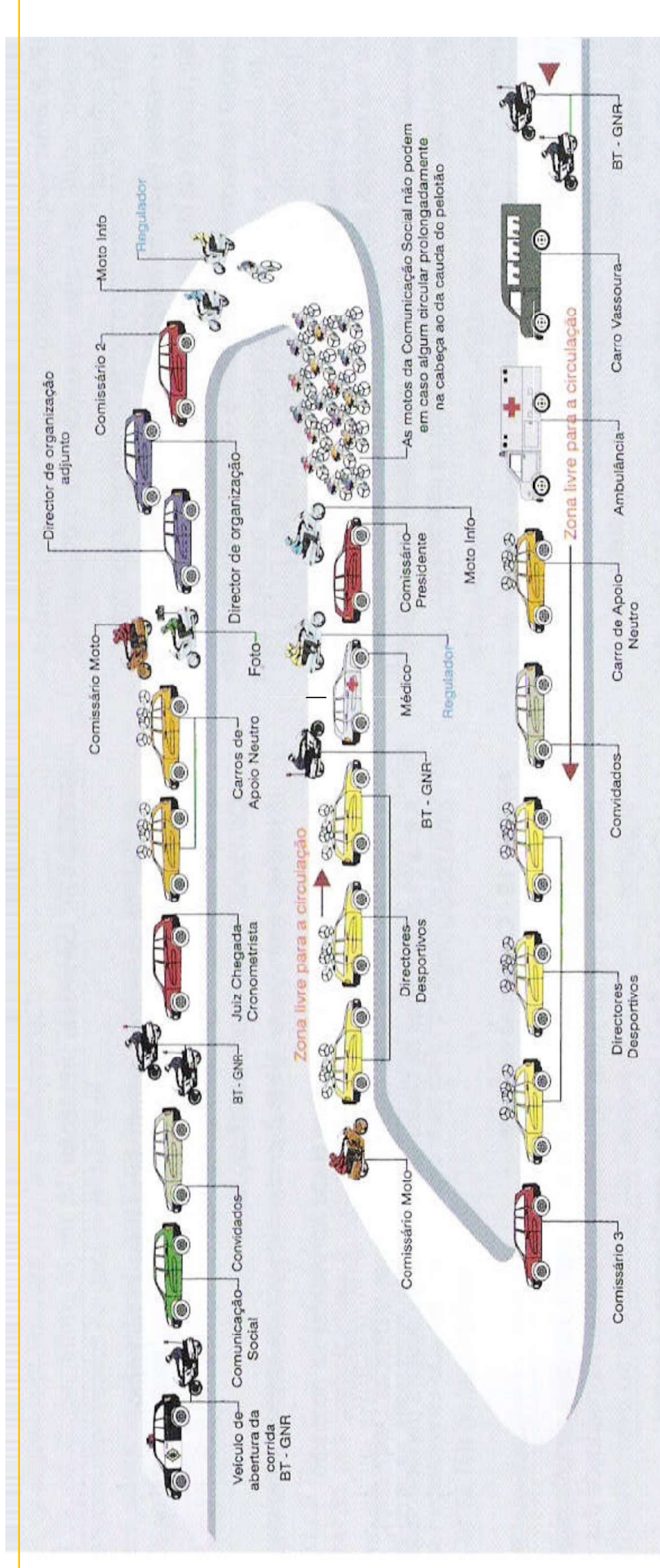
Motorista/socorrista: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Sanguedo

Socorrista/TAS: Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Sanguedo

***Todas as ambulâncias dispõem de DAE.**



2. POSICIONAMENTO EM CORRIDA



3. HOSPITAIS E UNIDADES DE ATENDIMENTO DOENTES RESPIRATÓRIOS (ADR) DE REFERÊNCIA

ETAPA	ADR/HOSPITAIS DE REFERÊNCIA	MORADA	TELEFONE	NÍVEL URGÊNCIA
CRI	ADR COMUNIDADE Gondomar Centro Hospitalar universitario do Porto	Gondomar Porto	224837083 222077500	ADR Polivalente
1	ADR Comunidade Gondomar Centro Hospitalar universitario do Porto Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	Gondomar Porto Gaia	224837083 222077500 22 786 5100	ADR Polivalente Polivalente
2	ADR COMUNIDADE Porto Ocidental Centro Hospitalar Universitario do Porto Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga	Porto Porto Sta Maria da Feira	225072318 222077500 256 379 700	ADR Polivalente Médico-cirurgica
3	ADR Comunidade Santo Tirso Centro Hospitalar do Medio Ave	Santo Tirso Santo Riso	252809757 252 830 700	ADR Médico-Cirurgica

4	ADR Vila Real Centro Hospitalar de tras-os-montes e alto Douro (Vila Real)	Vila Real Vila Real	2925261957 259 300 500	ADR Medico-cirurgica
5	ADR Comunidade Valongo/Maia CHSJ	Ermesinde Porto	967037641 22 551 2100	ADR Porto
6	ADR comunidade VNG Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho ULSAM	Vila Nova de Gaia Vila Nova de Gaia Viana do Castelo	969290693 22 786 5100 258 802 100	ADR Polivalente Polivalente

4. MEIOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE ELEMENTOS DA EQUIPA MÉDICO

Serão trocados contactos telefónicos de todos os elementos que compõe a equipa medica. Para além desta medida a equipa medica terá ao seu dispor canal próprio em sistema Walkie-Talkie.

5. DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTO DE EVACUAÇÃO EM CASO DE EMERGÊNCIA

Após validação pelo médico da prova da condição clínica do utente, e sendo determinada a necessidade de condução a unidade hospitalar ou outra, deverá ser preferencialmente evacuado pela Ambulância nº2, seguindo-se a nº3 e finalmente a nº1.

As unidades de referência serão as determinadas neste documento (ponto3).

6. DEFINIÇÃO DE PROCEDIMENTO DE EVACUAÇÃO EM SITUAÇÃO DE PRESUNÇÃO DE CASO DE INFEÇÃO POR SARSCOV-2

Após validação pelo médico da prova da condição clínica do utente, e assumindo como caso suspeito de infeção por SARSCOV2, o utente deverá ser evacuado na ambulância nº 3.

Neste veículo estarão disponíveis todos os equipamentos de proteção individual para que o transporte ocorra de acordo com as normas de controlo de infeção, no interesse do utente e dos profissionais envolvidos no processo de condução do mesmo.

As unidades de referência para Atendimento de Doentes Respiratórios são as determinadas neste documento (ponto 3)

PARECER TÉCNICO

Este documento visa emitir um Parecer Técnico relativamente à realização do evento desportivo denominado **“30º Grande Prémio JN 2021”** a decorrer nos dias **31 de agosto a 05 de setembro**, organizado pela Do&Go Propostamigavel, Lda.

Para a elaboração do presente Parecer Técnico foram consideradas as informações que constam nos documentos remetidos pela Organização, por correio eletrónico, para a Direção-Geral da Saúde (DGS), nomeadamente:

- *“Plano de Atividade e Contingência COVID-19_30º GP JN 2021_signed”*
- *“Delegados de Saúde_30º Grande Prémio JN 2021”*
- *“PLANIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS – 30º GP JN 2021”*
- *“Medidas de Adaptação Regulamentar res Específicas na Organização de Eventos Velocipédicos no Contexto COVID-19_23_08_2021”*
- *“Parecer Delegado Saúde Portoll_Gondomar”*
- *“Pedidos parecer Municipios_GPJN21”*

Trata-se de uma prova na Disciplina/Vertente de **Estrada**, na categoria de **Sub23**, organizada **por etapas** que compreendem **Prova em Linha e Contrarrelógio**, implicando a passagem dos atletas e suas comitivas nos **distritos do Porto, Viana do Castelo, Vila Real, Braga e Aveiro**.

A informação remetida indica que no evento desportivo participam 133 atletas, 133 elementos do *staff* das equipas e 80 elementos do *staff* da organização, num total de **346 pessoas**. É de referir a presença de uma equipa internacional (proveniente de Espanha). Estão ainda envolvidos *“convidados, membros da comunicação social, membros das forças de segurança e tripulação das ambulâncias”*, em número desconhecido não discriminado nos documentos remetidos.

O Plano de Atividade e Contingência remetido apresenta algumas incoerências que dificultam a análise de risco do evento. Não foi ainda remetido o **Plano de Urgência e emergência médico-desportivo** nos termos preconizados pela Federação Portuguesa de Ciclismo.

Foram analisados os critérios a considerar no âmbito da Saúde Pública, designadamente as medidas necessárias de prevenção e controlo da transmissão de infeção por SARS-CoV-2, bem como os procedimentos necessários para promover a realização desta competição desportiva em segurança, à luz do conhecimento atual sobre a COVID-19.

Assim, da análise técnica da documentação e informação facultada pela Organização, entende a Comissão Técnica para os Eventos de Massas COVID-19 da DGS emitir o seguinte Parecer Técnico:

1. A DGS é um organismo técnico-normativo do Ministério da Saúde cujas recomendações técnicas emanadas no âmbito da pandemia por COVID-19 servem como **referencial de conduta e de boas práticas** a seguir, por forma a **minimizar o risco de transmissão de SARS-CoV-2** e o impacto da doença, salvaguardando assim a Saúde Pública.
2. A emissão de determinações em legislação própria, nomeadamente em Resoluções de Conselhos de Ministros, pode ter implicações na realização de eventos, incluindo nos eventos de carácter desportivo. O presente Parecer Técnico refere-se **às condições de carácter sanitário** exigíveis para a realização do evento. É, por isso, fundamental que todas as restantes condições estruturais para o mesmo sejam acauteladas pela Organização, uma vez que, excedendo o âmbito deste documento, devem ser alvo de parecer próprio pelas entidades localmente competentes.
3. A situação epidemiológica nacional relativa à pandemia por COVID-19 determina o elevado grau de incerteza em que vivemos, não só no que diz respeito ao panorama pandémico, mas também à dinâmica da legislação que vai sendo publicada. A imprevisibilidade da evolução epidemiológica da COVID-19 implica uma avaliação de risco contínua e, de acordo com o nível de risco apurado, a **reavaliação das medidas implementadas, bem como o seu cumprimento**.
4. É do conhecimento comum que **qualquer evento desportivo, incluindo competições desportivas**, em modelo presencial constitui, no contexto da situação epidemiológica atual, um **risco acrescido para a Saúde Pública**, contribuindo para a agregação de pessoas em diferentes momentos, o que condiciona um risco real de que possam circular pessoas infetadas, com ou sem sintomas, durante o evento desportivo.
5. Salienta-se que, **independentemente do cumprimento integral de todas as medidas de saúde pública preconizadas**, o **risco de transmissão** de infeção por SARS-CoV-2 durante o evento desportivo **é real e não pode ser anulado**. É, por isso, necessário acompanhar a evolução da pandemia com a prudência e sentido de responsabilidade que a todos é exigido, **assumindo eventuais alterações na possibilidade de realização de eventos**.
6. A Orientação 036/2020 da DGS descreve as medidas de saúde pública preconizadas a implementar nas **Competições Desportivas**, que a Organização deve considerar no Plano de Atividade e Contingência específico para este Evento desportivo, **incluindo o preenchimento do “Termo de responsabilidade”**, referido nessa mesma Orientação.
7. Esta competição desenrola-se no período temporal abrangido pela **Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2021 de 20 de agosto**, devendo, por isso, ser cumpridos todos os requisitos legais determinados pela mesma.
8. A Organização deve sensibilizar todos os participantes no evento que estão sujeitos ao dever de colaboração consagrado na legislação vigente *“os cidadãos e demais entidades têm (...) o dever de colaboração, nomeadamente no cumprimento de ordens ou instruções das autoridades de saúde, dos órgãos e agentes responsáveis pela segurança interna e pela proteção civil e na pronta satisfação de solicitações que justificadamente*

lhes sejam feitas pelas entidades competentes para a concretização das medidas que justificam a presente declaração de contingência.”.

9. Os participantes da Prova estão sujeitos ao estipulado pelo artigo 15º da Resolução de Conselho de Ministros em vigor *“O acesso a estabelecimentos turísticos ou a estabelecimentos de alojamento local, independentemente do dia da semana ou do horário, depende da apresentação, pelos clientes, no momento do check-in de Certificado Digital COVID da UE admitido nos termos do Decreto-Lei nº54-A/2021 de 25 de junho, ou de um teste com resultado negativo, realizado nos termos do artigo 8º.”.* Devem, ainda, cumprir o estipulado no ponto 3 do artigo 16º da mesma legislação *“Aos sábados, domingos e feriados, bem como às sextas-feiras a partir das 19:00h o funcionamento de estabelecimentos de restauração ao abrigo do número anterior, para efeitos de serviço de refeições no interior do estabelecimento, apenas é permitido para os clientes que apresentem Certificado Digital COVID da UE admitido nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/2021, em 25 de junho, ou sejam portadores de um teste com resultado negativo, realizado nos termos do artigo 8º”.*
10. Deve ainda ser considerada a legislação em vigor e recomendações a atender, respeitantes à utilização do **Certificado Digital COVID-19 da UE**. Importa salientar que, nos termos da **Orientação n.º 007/2021 da DGS**, *“O Certificado **pode não isentar os respetivos titulares, em função do agravamento da situação epidemiológica, do cumprimento de medidas adicionais de saúde pública (...)**”.*
11. *“É proibido o consumo de bebidas alcoólicas em espaços ao ar livre de acesso ao público e vias públicas”,* nos termos do artigo 19º da legislação em vigor.
12. **Em caso de necessidade ou de solicitação**, deve ser permitido acesso da **Autoridade de Saúde territorialmente competente** ao Evento Desportivo, para validação da viabilidade e condições da sua realização, de acordo com o disposto no **ponto 5 do artigo 22º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2021 de 20 de agosto**: *“Os eventos com público realizados fora de estabelecimentos destinados para o efeito devem ser precedidos de avaliação de risco, pelas autoridades de saúde locais, para determinação da viabilidade e condições da sua realização.”.*
13. A **Organização do evento desportivo “30º Grande Prémio JN 2021” tem a responsabilidade de aplicar medidas de redução de risco e de cumprir, promover e garantir o cumprimento da legislação vigente aplicável, bem como das normas, orientações e recomendações da DGS, durante todo o período de duração do evento, atendendo ao risco existente de infeção por SARS-CoV-2, e ao risco para a Saúde Pública por propagação da COVID-19.**
14. Para minimizar o risco de infeção por SARS-CoV-2 e de propagação da COVID-19, a Organização do **“30º Grande Prémio JN 2021”** deve reforçar, no respetivo Plano de Atividade e Contingência, o cumprimento das devidas Orientações e Normas da DGS, disponíveis na página <https://covid19.min-saude.pt/>, utilizando a **versão mais atualizada** de cada uma:

- i **Norma n.º 020/2020** – COVID-19: Definição de Caso de COVID-19
- ii **Norma n.º 019/2020** – COVID-19: Estratégia Nacional de Testes para SARS-CoV-2
- iii **Norma n.º 015/2020** – COVID-19: Rastreio de contactos
- iv **Norma n.º 004/2020** – COVID-19: Abordagem do Doente com Suspeita ou Infecção por SARS-CoV-2
- v **Orientação n.º 007/2021** – Certificado Digital COVID-19 da UE: Emissão em Território Nacional
- vi **Orientação n.º 005/2021** – COVID-19: Uso de Máscaras
- vii **Orientação n.º 004/2021** – Para cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 13 do Despacho n.º 3358/2021 de 26 de março, na sua redação atual. Palavras-chave: isolamento profilático, atletas, desporto. Para: Autoridades de Saúde e Federações Desportivas.
- viii **Orientação n.º 036/2020** – COVID-19: Desporto e Competições Desportivas
- ix **Orientação n.º 030/2020** – COVID-19: Atividade Física e Desporto – Espaços de Prática de Exercício Físico e Desporto, e Competições Desportivas de Modalidades Individuais sem Contacto
- x **Orientação n.º 023/2020** – COVID-19: Procedimentos em estabelecimentos de restauração e bebidas
- xi **Orientação n.º 019/2020** – COVID-19 FASE DE MITIGAÇÃO: Utilização de Equipamentos de Proteção Individual por Pessoas Não Profissionais de Saúde
- xii **Orientação n.º 014/2020** – Infecção por SARS-CoV-2 (COVID-19) – Limpeza e desinfeção de superfícies em estabelecimentos de atendimento ao público ou similares
- xiii **Orientação n.º 011/2020** – Infecção por SARS-CoV-2 (COVID-19) – Medidas de prevenção da transmissão em estabelecimentos de atendimento ao público
- xiv **Orientação n.º 008/2020** – Infecção por SARS-CoV-2 (COVID-19) – Procedimentos de prevenção, controlo e vigilância em hotéis
- xv **Orientação n.º 006/2020** – Infecção por SARS-CoV-2 (COVID-19) – Procedimentos de prevenção, controlo e vigilância em empresas
- xvi **Informação n.º 007/2020** – COVID-19 – Utilização de produtos biocidas para desinfeção de espaços públicos

15. Nas **entradas, saídas e pontos estratégicos das diferentes etapas do evento desportivo**, sempre que aplicável, devem ser **afixadas**, de forma visível, as **medidas de prevenção e controlo de infeção** a cumprir, nomeadamente:

- Distanciamento físico de cerca de **dois metros entre pessoas, em todos os momentos**, salvo se forem coabitantes;

- Uso correto de máscara por todas as pessoas, sempre que se verifiquem aglomerados de qualquer dimensão tanto em ambientes *indoor* como *outdoor*, colocada adequadamente e em permanência;
 - Cumprimento de medidas de etiqueta respiratória e abstenção de contactos na presença de sintomatologia sugestiva de COVID-19;
 - Lavagem (com água corrente e sabão líquido) ou desinfecção das mãos (com produto biocida desinfetante de mãos comprovadamente notificado à DGS);
 - Limpeza e desinfecção de superfícies (com produto biocida desinfetante de superfícies, comprovadamente notificado à respetiva autoridade competente nacional). O SARS-CoV-2 pode sobreviver nas superfícies e objetos durante tempos variáveis, que vão de horas a dias. É essencial serem garantidas medidas de limpeza e desinfecção das superfícies de uso comum e toque frequente, de forma a diminuir a transmissão do vírus;
 - Evitar estritamente aglomerados de pessoas;
 - Automonitorização de sintomas, com abstenção de participação caso surjam sintomas sugestivos da COVID-19;
 - Sinalética dos circuitos de circulação, regras de acesso e de utilização dos mesmos.
16. O Plano de Atividade e Contingência do evento, após devida alteração face às recomendações deste Parecer Técnico, deverá ser alvo de uma **divulgação universal e ativa, previamente ao evento desportivo, promovida pela Organização**. Ou seja, além da sua disponibilização a quem o solicite e afixação no local, para consulta, deve ser prévia e oportunamente disseminado, por meios eletrónicos, a todos os participantes – independentemente de o solicitarem.
17. **A comunicação de risco é extremamente importante. Em todas as oportunidades prévias ao evento, durante e após o mesmo, a Organização deve divulgar as medidas de saúde pública que devem ser cumpridas.**
18. **A criação de corredores de circulação próprios (entradas e saídas distintas e circuitos de marcha em frente), com a fluidez necessária para prevenir aglomerações, bem como as medidas individuais de uso de máscara e higienização das mãos com solução antisséptica de base alcoólica (SABA), são medidas de comprovada efetividade no controlo da infeção. Atente-se que os referidos corredores de circulação devem garantir em todos os momentos o distanciamento de cerca de 2 metros entre pessoas não coabitantes**
19. Para efeitos de contacto no contexto da vigilância epidemiológica deve existir, acautelado pela Organização, um registo devidamente autorizado de todas as pessoas presentes na competição desportiva, independentemente da sua função na mesma. **Recomenda-se ainda o registo do alojamento (hotel ou outro) e locais de refeição de cada atleta, por dia e hora.** É fundamental que para a totalidade dos participantes na competição desportiva – incluindo fornecedores externos de bens ou serviços – sejam

- registados os seus dados específicos e incluídos os respetivos contactos de telemóvel. Toda esta informação deverá ser descartada ao final de 14 dias.
20. Recomenda-se que **nos 14 dias após a prova os atletas e demais participantes devam acautelar os comportamentos de saúde pública preconizados**, garantindo ainda medidas adicionais de precaução, nomeadamente evitar o contacto com pessoas suscetíveis à infeção ou mais vulneráveis à doença.
21. Deve interditar-se o acesso a pessoas que apresentem sinais ou sintomas associados a infeção por SARS-CoV-2, tal como definido na Norma 004/2020 da DGS. É, assim, recomendada a **monitorização da temperatura corporal, por meios não invasivos, a todas as pessoas** no momento de acesso ao local do evento e sempre que considerado necessário. A equipa de saúde presente no evento deve ainda questionar sobre sinais e sintomas, bem como sobre contactos de alto risco com casos confirmados e/ou suspeitos aquando a entrada de pessoas para a Zona 0.

Recomendações sobre o uso de equipamentos de proteção individual (EPI)

22. O uso **correto e permanente de máscara por todas as pessoas** deve observar o regulamentado pela legislação em vigor. É uma medida de **proteção adicional** ao distanciamento físico, à abstenção de participação em aglomerados, à higiene das mãos e à etiqueta respiratória, uma vez que o seu uso isolado das restantes medidas, mesmo quando correto, é insuficiente para providenciar a adequada contenção da infeção.
23. Devido à falta de evidência para a eficiência das viseiras na comunidade, bem como devido às preocupações associadas à baixa proteção conferida pelas viseiras relativamente aos aerossóis, o seu uso está recomendado apenas em combinação com o uso de máscara, sendo por isso opcional. O uso de viseira pode ser recomendado aos colaboradores em situações onde possa ocorrer aerossolização de partículas, situações essas que devem estar devidamente contempladas.
24. O uso correto de máscara implica o conhecimento e domínio das técnicas de colocação, utilização e remoção, bem como das mais recentes recomendações da Organização Mundial da Saúde para o correto uso de máscara, das quais consta **não remover a máscara para falar**. A Organização deve divulgar amplamente por todos os participantes na Prova que nas intervenções verbais a máscara deve ser mantida, incluindo nas eventuais entrevistas e fotografias, bem como no momento da entrega dos prémios.
25. A utilização correta de máscara por todas as pessoas também em espaços abertos está de acordo com a legislação em vigor, pelo que durante o tempo de permanência no local do evento, também todos os atletas e demais participantes devem manter a máscara colocada, podendo esta ser removida pelos atletas apenas no momento da prestação efetiva da prática de atividade física.

26. Reitera-se que o uso de máscara pode ser excecionado para atletas apenas durante a prática efetiva da competição, devendo manter-se colocada antes e depois da mesma.
27. **Não deve ser excecionada a remoção da máscara aos atletas para os momentos de fotografia, nem a qualquer outro interveniente na prova, para o mesmo efeito.**

Recomendações sobre o distanciamento físico

28. No que diz respeito a medidas mitigadoras do risco associado à pandemia por COVID-19, a informação remetida indica expressamente que a Organização planeou esta Prova desportiva para se desenrolar num modelo de duas zonas distintas de *"coorte"*: a Zona 0, para a qual estão os credenciados serão *"todos e quaisquer indivíduos pertencentes às equipas de competição, forças de segurança, órgãos de comunicação social e aos elementos com funções técnicas na prova"*, e a Zona 1, para a qual estarão credenciados *"todos e quaisquer indivíduos pertencentes ao staff de logística, à comunicação social, patrocinadores e convidados"*. Os diferentes intervenientes não devem ter acesso às duas zonas em simultâneo, dada a distinção epidemiológica para qual se destinam, exceto se estritamente necessário no âmbito das suas funções. Os membros da comunicação social que têm credenciação para a Zona 0 não devem ser os mesmos com credenciação para a Zona 1, sob pena de anular o efeito de *"coorte"* pretendido.
29. As Zonas 0 e 1 deve estar devidamente delimitadas, de modo a que não seja permitida a entrada física sem controlo por um elemento do *staff*. Recomenda-se delimitações distintas para as diferentes zonas que constituem o evento, cada uma com zonas de acesso diferentes e respetivos corredores de circulação contemplados.
30. A ocupação dos locais do evento, no que concerne à distribuição de intervenientes, deve garantir o cumprimento do **distanciamento físico de cerca de dois metros entre pessoas**.
31. **O distanciamento físico entre membros do *staff* deve reger-se pela mesma recomendação, ou seja, devem manter entre si e em todos os momentos uma distância de pelo menos 2 metros.** Sempre que a atividade profissional implique uma distância inferior, esta deve ser mantida somente pelo tempo estritamente necessário. Poderão, nessas situações, utilizar-se barreiras adicionais, nomeadamente viseira, barreiras de acrílico ou similares, consideradas adequadas.
32. Nos momentos de reabastecimento durante a prova, todos os elementos de apoio aos atletas devem garantir distanciamento físico entre si (de pelo menos dois metros), o correto uso de EPI adequados à função, bem como garantir a correta lavagem ou desinfeção das mãos entre os momentos de apoio a cada atleta.
33. Os atletas devem ser incentivados a interagir no estrito cumprimento das medidas de saúde pública preconizadas, pelo que não se devem aglomerar nas imediações dos locais onde se realiza o evento desportivo. No final da prova não devem aglomerar-se nem deve ser promovido qualquer momento de convívio no local, recomendando-se a dispersão de todos, exceto aqueles que subirão ao pódio.

34. Nas cerimónias de **entrega de prémios no pódio devem permanecer apenas as pessoas estritamente necessárias**, sendo que o distanciamento de cerca de dois metros entre todas as pessoas deve ser escrupulosamente cumprido, nomeadamente nos eventuais momentos de fotografia.
35. Todas as reuniões devem ser realizadas por meios telemáticos, sempre que possível, sendo reservadas ao modelo presencial aquelas que manifestamente se verificam imprescindíveis. Nesses momentos devem ser mantidas todas as medidas de saúde pública preconizadas, incluindo o correto distanciamento de pelo menos dois metros de distância entre pessoas.
36. Na prova em linha aquando do seu posicionamento na *Box* de partida, seja qual for a localidade geográfica, os atletas devem manter um distanciamento físico de, pelo menos, dois metros entre si.
37. Na prova de contrarrelógio, na zona de espera, os atletas devem manter entre si um distanciamento de, pelo menos, dois metros. Salienta-se ainda que este distanciamento deve ser respeitado entre quaisquer pessoas não coabitantes que permaneçam no local.
38. Os elementos da comunicação social estão igualmente sujeitos à regra de distanciamento físico de cerca de dois metros em todos os momentos, quer seja entre si e os atletas, quer seja entre si e outras pessoas presentes na Prova. Para tal devem recorrer a extensores ou a outros instrumentos técnicos que possibilitem a garantia do referido distanciamento durante momentos de reportagem.
39. **As regras de distanciamento são ainda aplicáveis no alojamento dos atletas e nos seus momentos de refeição**, garantindo que as pessoas se mantêm permanentemente distanciadas entre si. Nos locais de alojamento os atletas devem cumprir todas as medidas de saúde pública preconizadas, sendo fortemente recomendado que não partilhem quarto ou zonas de refeição.
40. A Organização deve **garantir** a articulação com as forças de segurança territorialmente competentes de modo a **mitigar a formação de eventuais aglomerados nas imediações do local onde decorre o evento desportivo**.

Recomendações sobre medidas de higiene

41. A higiene das mãos através da lavagem regular com água e sabão durante 20 a 40 segundos é considerada uma medida preventiva eficaz e sem riscos associados. Por outro lado, sempre que as mãos apresentem sujidade visível está desaconselhado o uso de produto biocida desinfetante de mãos. Deve, assim, ser assegurada a existência de equipamentos e/ou instalações adequadas à adoção de boas práticas de higiene, incluindo disponibilização de água, sabão e dispensadores de produto biocida desinfetante de mãos, em diversos locais estratégicos, de fácil acesso a todas as pessoas, como por exemplo, nos locais de entrada e saída das diferentes áreas do evento, junto

- dos sanitários, nos eventuais espaços de restauração e noutros locais considerados adequados.
42. Pode ainda ser útil que cada participante disponha de um dispensador de produto biocida desinfetante de mãos individual, bem como de máscaras suplentes.
 43. A partilha de objetos entre os participantes deve ser evitada. Contudo, caso seja absolutamente necessária, os objetos devem ser limpos e desinfetados convenientemente entre utilizadores.
 44. Os colaboradores deverão usar luvas apenas se a atividade que executam o exigir. Muitas vezes **é suficiente a desinfecção adequada das mãos**. O uso de luvas sem a adequada lavagem e desinfecção das mãos entre momentos de troca de luvas não é considerado adequado.

Recomendações sobre momentos de refeição

45. Os serviços de restauração e bebidas disponíveis no evento desportivo devem cumprir o recomendado na Orientação 023/2020 da DGS.
46. **Salienta-se que o momento de refeição constitui um risco acrescido de transmissão de SARS-CoV-2 devido à proximidade entre pessoas, à duração da refeição e à natural ausência de máscara durante esse período.**
47. Os equipamentos dispensadores de água devem ser evitados, devendo ser substituídos pela oferta de água embalada. Na eventualidade da existência de equipamentos dispensadores de água, estes devem ser adaptados de modo a que o utilizador não tenha de tocar em nenhuma superfície.
48. Salienta-se que os produtos alimentares para consumo devem ser previamente embalados e fornecidos individualmente, na modalidade de *lunchbox*. As bebidas devem ser servidas igualmente embaladas, sendo fortemente desaconselhado o uso de copos que, naturalmente, exigem maior manipulação por diferentes pessoas, aumentando assim os riscos associados. Reforça-se a proibição relativa ao consumo de bebidas alcoólicas conforme legislação em vigor.
49. Preferencialmente, as atividades de restauração devem estar organizadas em *buffet assistido*, ou seja, os utilizadores não devem entrar em contacto com os produtos que desejam adquirir para consumo, existindo um colaborador responsável pela sua entrega ao consumidor. As regras de higiene e de mitigação do risco de transmissão de SARS-CoV-2 devem ser escrupulosamente cumpridas pelo colaborador.
50. Pode ainda ser necessário o recurso a acrílicos ou outras barreiras similares de modo a garantir a separação e o distanciamento entre o consumidor e os produtos alimentares expostos.

51. Os atletas devem ser incentivados a ingerir as suas **refeições** em locais adequados, (preferencialmente fora do local do evento), isto é, que permitam o necessário distanciamento físico de pelo menos dois metros entre pessoas não coabitantes, a limpeza e desinfeção de superfícies após a sua utilização, e que contenham equipamentos que permitam aos atletas a lavagem ou desinfeção das mãos previamente à ingestão de alimentos.
52. No que diz respeito a todas as outras pessoas presentes na Prova, devem ser seguidas as mesmas medidas de saúde pública recomendadas para os momentos de refeição dos atletas, pelo que a ingestão de alimentos em locais não adequados é fortemente desaconselhada e deve ser, por todos os meios, evitada pela Organização.

Recomendações de higiene do evento e Regras de utilização das instalações sanitárias

53. As instalações e equipamentos ao dispor dos participantes devem ser alvo de limpeza e desinfeção antes e após o evento desportivo, bem como assim sempre que necessário.
54. A Organização deve assegurar a existência de procedimentos para a limpeza e desinfeção regular de superfícies e objetos, especialmente os de uso comum e toque frequente, de acordo com a Orientação n.º 014/2020 da DGS.
55. No local do evento a Organização deve garantir a existência de contentores adequados e em número suficiente para o depósito de máscaras, outros EPI e lenços descartáveis.
56. O funcionamento das instalações sanitárias fixas deve respeitar a Orientação n.º 014/2020 da DGS, assim como a observância do distanciamento físico de cerca de dois metros entre pessoas. Devem ser disponibilizados toalhetes descartáveis para as mãos e sabão líquido.
57. No exterior das instalações sanitárias, deve ser disponibilizada informação sobre as regras de utilização dos respetivos equipamentos, incluindo a sua lotação máxima.
58. As medidas de limpeza e desinfeção das instalações sanitárias devem ser reforçadas, em função do seu volume de utilização.

Estratégia de Testagem do Evento e Certificado Digital COVID-19 da UE

59. A DGS estabeleceu a Estratégia Nacional de Testes para SARS-CoV-2 na Norma n.º 019/2020, configurando uma estratégia de *Test-Track-Trace-Isolate*. De acordo com o mesmo documento, ***“Pelo princípio da precaução, a presente Norma deve ser aplicada às pessoas vacinadas contra a COVID-19, até mais dados, incluindo os de efetividade vacinal, serem conhecidos.”***
60. Atualmente estão disponíveis em Portugal os testes moleculares de amplificação de ácidos nucleicos (TAAN), sendo mais conhecidos por RT-PCR, que são o método de referência para diagnóstico e rastreio da infeção por SARS-CoV-2. Estão ainda

disponíveis os testes rápidos de antigénio (TRAg) que, sendo testes de proximidade, devem ser utilizados quando os testes TAAN não estão disponíveis para rastreio ou diagnóstico em tempo útil.

61. Deve ainda ser considerada a legislação em vigor e recomendações a atender, respeitantes à utilização do Certificado Digital COVID-19 da UE. Importa salientar que, nos termos da **Orientação n.º 007/2021 da DGS, “O Certificado pode não isentar os respetivos titulares, em função do agravamento da situação epidemiológica, do cumprimento de medidas adicionais de saúde pública (...)”.**
62. É de ter em consideração para o estabelecimento de medidas sanitárias específicas para este evento desportivo o **Relatório de monitorização das linhas vermelhas para a COVID-19** de dia de dia **27/08/2021**. Este último relatório especifica que “*Nas regiões Norte, Centro e Alentejo o $R(t)$ é igual ou superior a 1, o que corresponde a uma **tendência de incidência constante a crescente** nestas regiões*”, **informação esta muito relevante dado que a Prova se desenrola na região Norte;**
63. Tendo em consideração o nível de risco epidemiológico corroborado pela informação disponível à data e a salvaguarda da Saúde Pública, esta Comissão Técnica recomenda fortemente um **reforço significativo** da segurança sanitária **deste evento** através da adoção de medidas mais criteriosas e eficazes, em alinhamento com a evidência científica mais atualizada, no que diz respeito à política de testagem.
64. A estratégia de testagem preconizada pela Organização, “*cumprimento de plano de testagem para SARS-CoV-2 para todos os elementos credenciados Zona 0 e 1 tendo em conta se tratar de um evento de nível 3 de risco – Teste TAN (RT-PCR) 72h00 prévias à competição OU teste rápido de diagnóstico por antigénio (TRAg) com verificação laboratorial 48h00 prévias à competição OU presença de Certificado Digital COVID UE que deverá manter-se válido até ao final do evento*” pode eventualmente assegurar, apenas, a deteção de pessoas infetadas por SARS-CoV-2 com capacidade de infetar outras pessoas durante o dia em que é feito o teste TRAg. **Não está, assim, garantida a segurança ao nível da capacidade de transmissão da infeção nos dias subsequentes.**
65. Considerando o surgimento de um número significativo de casos positivos para SARS-CoV-2 em eventos recentes com tipologia similar da mesma área desportiva, propõe-se que, no Plano de Operacionalização de testagem a elaborar e implementar, a Organização contemple o seguinte:
 - a. Seja solicitado o Certificado Digital COVID da UE a **todos os participantes** no evento, independentemente do seu papel no mesmo;
 - b. **Cumulativamente** à apresentação de Certificado Digital COVID da UE (para os casos em que tal é aplicável), **todos os atletas e membros da Zona 0 devem realizar TRAg regular enquanto em prova**. Recomenda-se que o TRAg seja realizado nas **24h prévias ao início do evento** e repetido no **dia 03 de setembro**.

- c. As pessoas credenciadas para a Zona 1 devem apresentar o Certificado Digital COVID da UE para acesso.

Recomendações específicas – presença de público

66. De acordo com a informação remetida pela Organização *"o evento deverá decorrer sem público, estando o organizador empenhado no cumprimento desse facto. (...) Serão providenciadas as estruturas necessárias para dissuadir o aglomerado de pessoas nas partidas e chegadas da prova, e o acesso a estes locais será condicionado."*
67. Assim, deve ser assegurada a articulação com as forças de segurança territorialmente competentes para que seja realizado e garantido o necessário controlo de aproximação de público às zonas limítrofes dos pontos de interesse desportivo (partidas, chegadas e similares). A Organização deve encetar todos os esforços para evitar e dissuadir a presença de público, **de forma não controlada**, conforme consta no seu plano.
68. Recomenda-se fortemente que a Organização implemente medidas mitigadoras do risco, considerando a criação de zonas específicas para acesso ao público nos pontos de interesse identificados em cada etapa (partidas, chegadas e similares), devidamente delimitados, controladas por membros da Organização e forças de segurança territorialmente competentes.
69. Estas zonas devem ser delimitadas, estrategicamente posicionadas, com acesso controlado, garantindo o cumprimento da lotação máxima em espaço exterior de cerca de 1 pessoa por cada 8 metros quadrados, concomitantemente com a necessidade de distanciamento entre pessoas não coabitantes de pelo menos dois metros.
70. Recomenda-se uma forte comunicação de risco dirigida por canais próprios aos adeptos da modalidade, garantindo que as informações relativas às condições de acesso e permanência aos espaços serão amplamente divulgadas e conhecidas pelos destinatários previamente à realização do evento.
71. O público deve ainda ser incentivado a manter o uso de máscara (corretamente colocada e em permanência), bem como a incentivar os atletas através de palmas ao invés do incentivo sonoro.
72. A Organização deve dispor de colaboradores em número suficiente para garantir o cumprimento das medidas referidas, garantindo o distanciamento físico de pelo menos dois metros entre pessoas e a correta utilização da máscara.

Procedimentos perante um Caso suspeito

73. O Plano de Atividade e Contingência COVID-19 do Evento deve contemplar um local destinado à área de isolamento, que deve estar devidamente equipada, com circuitos de acesso explícitos. Preferencialmente, embora não obrigatoriamente, a sala deve ter

- acesso direto ao exterior do recinto de modo a facilitar os procedimentos perante a possibilidade de transporte em ambulância.
74. Previamente ao evento devem ser estabelecidos protocolos de comunicação com os serviços de saúde locais, incluindo o Agrupamento de Centros de Saúde, o Hospital e a Autoridade de Saúde territorialmente competentes.
 75. Se for detetado um caso suspeito, de acordo com os sinais e sintomas previstos na Norma 004/2020 da DGS, deve o mesmo ser acompanhado por um só colaborador para a **área de isolamento**, garantindo que ambos têm a máscara devidamente colocada e cumprindo os circuitos definidos no Plano de Atividade e Contingência.
 76. Deve existir um contingente de saúde devidamente preparado e equipado para acompanhar e encaminhar eventuais casos suspeitos de COVID-19, o que inclui a referida área de isolamento devidamente equipada, com circuitos de acesso explícitos.
 77. A área de isolamento deve ter disponível um *kit* com água e alguns alimentos não perecíveis, SABA, toalhetes de papel, máscaras cirúrgicas, cadeira, termómetro e acesso a instalação sanitária de uso exclusivo, sempre que possível. A sua localização deve ser conhecida por todos e devidamente sinalizada.
 78. Qualquer caso suspeito com sintomas compatíveis com COVID-19 ou caso confirmado de COVID-19, de acordo com a Norma n.º 004/2020 da DGS, deverá ser comunicado pelo **médico coordenador, de imediato, à Autoridade de Saúde territorialmente competente**.
 79. O **médico coordenador deve comunicar o caso à Autoridade de Saúde** territorialmente competente, o caso deve ser devidamente notificado no SINAVE e deve ser facultada informação clínica relevante. O médico coordenador deverá ainda identificar e fornecer a listagem de contactos com exposição de alto e baixo risco do caso confirmado.
 80. Devem ser cumpridos os procedimentos definidos no Plano de Atividade e Contingência e garantida a limpeza e desinfeção da área de isolamento, de acordo com a Orientação n.º 014/2020 da DGS.

Conclusão:

81. Cabe à DGS a emissão de normas e orientações em matéria de Saúde Pública, com o objetivo, no atual contexto epidemiológico, de informar as entidades para que estas implementem medidas efetivas de prevenção e controlo da infeção por SARS-CoV-2, cabendo exclusivamente às entidades organizadoras de provas desportivas a total responsabilidade pelo cumprimento estrito das recomendações emanadas pela DGS, bem como pelas regras de segurança assumidas.
82. De acordo com o compromisso e garantia dada pela Organização do escrupuloso cumprimento de todas as medidas sanitárias previstas nos documentos enviados e aquelas que ficam elencadas neste Parecer Técnico, incluindo presença de forças de segurança territorialmente competente para garantir a ausência de público e o ajuste

na estratégia de testagem, a **Comissão Técnica para os Eventos de Massas COVID-19 considera que atualmente existem condições para a viabilização do “30º Grande Prémio JN 2021” a decorrer nos dias 31 de agosto a 05 de setembro.**

83. Este Parecer Técnico refere-se apenas à viabilização do evento desportivo, não estando contemplados quaisquer eventos paralelos ao mesmo que, na eventualidade da sua existência, devem ser alvo de avaliação de risco individualizada.
84. Em tudo o que estiver omissa, consideram-se aplicáveis as normas legais e regulamentares em vigor, incluindo as adequadas e pertinentes normas e orientações emitidas pela DGS.

A imprevisibilidade da evolução epidemiológica da COVID-19 implica uma avaliação de risco contínua e, de acordo com o nível de risco apurado, a reavaliação das medidas implementadas, bem como o seu cumprimento.

Para mais informações consulte o site da Direção-Geral da Saúde através de: <https://covid19.min-saude.pt/>

Comissão Técnica para os Eventos de Massas COVID-19, 30 de agosto de 2021